

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE HISTÓRIA

**DIFERENTES ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A  
ESCRAVIDÃO NEGRA DURANTE A “REVOLUÇÃO FARROUPILHA”  
(1835-1845)**

Andressa Venço

Lajeado, junho de 2015

Andressa Venço

**DIFERENTES ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A  
ESCRAVIDÃO NEGRA DURANTE A “REVOLUÇÃO FARROUPILHA”  
(1835-1845)**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, na linha de formação específica em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte de exigência para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Dalmáz

Lajeado, junho de 2015

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, irmãos, namorado e demais familiares cujo apoio e dedicação foram fundamentais e decisivos para realização de cada etapa desta graduação.

Aos meus colegas, companheiros e amigos da Univates, que entre um parágrafo e outro tornaram a caminhada menos cansativa. Para os meus amigos e colegas de trabalho que fizeram parte de minha formação e continuarão fazendo parte de minha trajetória.

Meus sinceros agradecimentos ao professor e orientador Mateus Dalmáz pelo incentivo, paciência, dedicação e presteza no desenvolvimento de minha monografia, tornando menos árdua a tarefa de concluí-la. E aos demais professores que me acompanharam na travessia da graduação.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, que não puderam ser contemplados nominalmente, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A análise do negro no período revolucionário farrapo pode ser caracterizada como um assunto de extrema relevância para a compreensão da história do Rio Grande do Sul. Neste sentido, esta monografia desenvolve-se com o objetivo de analisar o papel do escravo negro no contexto da “Revolução Farroupilha” a partir de três abordagens historiográficas – metódica, marxista e *Annales*, que servirão de base para a interpretação deste assunto, considerando autores embasados em cada uma destas correntes historiográficas. O tema central da pesquisa baseia-se na forma pela qual foi tratada a escravidão negra durante a “Revolução Farroupilha” pelas principais tendências da historiografia. Com isso, parte-se do pressuposto que para a historiografia tradicional o negro foi percebido através de aspectos políticos-militares, já a historiografia marxista abordou o assunto dentro de uma perspectiva socioeconômica e a história nova/*Annales* fez uso de uma análise cultural. A partir do objetivo destacado, a pesquisa terá um enfoque de interpretação baseado em uma análise do contexto. Através de uma análise sócio histórica, serão discutidas correntes historiográficas que farão referência ao assunto, tornando possível a compreensão daquilo que se encontra implícito em suas teorias, em especial no que tange ao assunto, proporcionando o entendimento do que foi transmitido por aquele autor naquele momento.

**Palavras-chave:** Historiografia. Revolução Farroupilha. Escravos negros.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 O NEGRO NA “REVOLUÇÃO FARROUPILHA”: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA HISTÓRIA NARRATIVA.....</b>	<b>10</b>
2.1 Caracterização geral da história narrativa .....	10
2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de autores da história narrativa .....	14
2.2.1 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Moacyr Flores .....	15
2.2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Spencer Leitman .....	19
2.2.3 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Morivalde Calvet Fagundes .....	22
2.2 Síntese do capítulo .....	24
<b>3 A HISTÓRIA MARXISTA E O NEGRO NA “REVOLUÇÃO FARROUPILHA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>26</b>
3.1 Caracterização geral da História Marxista .....	26
3.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de autores da história marxista .....	31
3.2.1 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Luiz Roberto Lopez .....	31
3.2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Sandra Jatahy Pesavento .....	34
3.2.3 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Mário José Maestri Filho..	37
3.3 Síntese do capítulo .....	40
<b>4 TECENDO CONSIDERAÇÕES DO PAPEL DO NEGRO NA “REVOLUÇÃO FARROUPILHA” A PARTIR DA NOVA HISTÓRIA .....</b>	<b>42</b>
4.1 Caracterização geral da Nova História .....	42
4.2 A “Revolução Farroupilha” a partir de autores que se aproximam da Nova História.....	47
4.2.1 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Dante de Laytano .....	47
4.2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Margaret Marchiori Bakos .....	50
4.2.3 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Tau Golin .....	54

<b>4.3 Síntese do capítulo .....</b>	<b>57</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A “Revolução Farroupilha” (1835-1845) foi fundamental para a formação da identidade rio-grandense, principalmente no que se refere à questão do imaginário gaúcho. A liberdade, o caráter guerreiro de seus combatentes e o ideário separatista são valores associados ao movimento e questionados pela historiografia. Apesar disso, a revolta farrapa associa-se à formação nacional do Estado brasileiro, assim como outras insurreições que ocorreram no período.

A Guerra Civil que desestruturou a vida econômica, social e política do Rio Grande do Sul foi motivada por diversos interesses e fatores, principalmente econômicos e políticos. O movimento foi liderado por uma elite, formada em sua essência por pecuaristas, estancieiros e charqueadores.

Em um contexto escravista, onde a liberdade restringia-se aos grupos dominantes, a escravidão negra foi um fator determinante nos desdobramentos do conflito, principalmente após a incorporação dos mesmos aos campos de batalhas, como soldados. Apesar de sua participação ter sido decisiva nas lutas travadas contra o governo imperial, os negros foram alvo das negociações de paz com o Império e, por vezes, atribuiu-se a eles a culpa pelo incansável acordo de paz. Analisar o papel do negro no período é contribuir para a formação histórica do Estado.

Considerando a importância do escravo negro para o Rio Grande do Sul, justifica-se o interesse em analisá-lo no contexto da “Revolução Farroupilha”. Esta análise ocorrerá a partir de três correntes historiográficas, tornando possível

trabalhar com diferentes concepções acerca do assunto. Caracterizadas como um fio condutor, as correntes historiográficas servirão de base para a interpretação das visões atribuídas ao escravo negro durante o período. Já que, para compreender os aspectos que os autores utilizaram, leva-se em consideração as fontes teóricas que os mesmos adotam, situando-os dentro de uma perspectiva historiográfica, possibilitando ao pesquisador a compreensão do contexto e forma pela qual o negro é representado pela historiografia. Esta monografia, enfim, tem por objetivo analisar os diferentes enfoques da historiografia sobre a escravidão, a partir de autores que possuem em seus escritos características de três correntes historiográficas.

As correntes historiográficas – metódica, marxista e *Annales* –, analisadas nesta monografia, foram selecionadas partindo do pressuposto de que a área do conhecimento da história pode ser compreendida a partir de tais concepções. Neste sentido, o papel do negro durante a “Revolução Farroupilha” será analisado com base nestas três perspectivas. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram selecionados três autores para cada uma das correntes, os quais possuem em seus textos características que os aproximam das correntes historiográficas em questão. Além disso, os autores foram escolhidos a partir dos estudos feitos por eles acerca do tema. Outros autores também representam as correntes analisadas, porém, não tratam do negro no contexto da “Revolução Farroupilha”. Através disso, torna-se possível estabelecer comparações sobre as abordagens realizadas por cada autor nas diferentes obras sobre o assunto.

A problematização desta pesquisa centra-se no questionamento da forma pela qual a escravidão negra durante a “Revolução Farroupilha” foi tratada pelas principais tendências da historiografia, tendo em vista as múltiplas abordagens que o conflito recebeu por parte da história ao longo do tempo.

Considera-se como hipótese, em primeiro lugar, que a corrente historiográfica metódica ou tradicional produz uma história caracterizada por abordar assuntos essencialmente políticos, produzir uma narrativa minuciosa dos fatos, destacar o papel dos grandes sujeitos da história, restringir a concepção de fonte de pesquisa aos documentos escritos oficiais, considerar a história como sinônimo da busca da verdade e o historiador como um cientista neutro. Em segundo lugar, parte-se do pressuposto que a historiografia marxista desenvolve uma visão da sociedade



tipicamente separada por classes sociais, evidenciando a questão da luta de classes. Onde a evolução da humanidade não segue um curso linear, sofre modificação de uma estrutura para outra (de um modo de produção para outro). Dentro desta concepção, o homem é um sujeito do sistema que está inserido, uma vez que esta inserção não depende de seu consentimento. Por fim, como terceira hipótese, supõe-se que a corrente historiográfica dos *Annales* aborda uma variedade de assuntos, problematiza temas e cria hipóteses, valoriza o papel de diferentes indivíduos e grupos sociais, diversifica a noção de fonte histórica e considera que a história revela uma interpretação passível de revisão sobre os temas. Neste sentido, trabalha-se com a hipótese central de que o negro é representado pela historiografia rio-grandense a partir de aspectos político-militares (escola tradicional), socioeconômicos (materialismo histórico) e culturais (nova história).

A análise do conteúdo baseia-se em uma metodologia interpretativa, onde será possível estruturar processos históricos dentro de uma perspectiva específica. Neste sentido, pesquisar as diferentes abordagens historiográficas sobre a escravidão negra durante a Revolução Farroupilha é também compreender as relações de poder e as interrelações que permeiam o entendimento do conteúdo trabalhado. A análise histórica possibilita a identificação e descrição de situações espaciais e temporais específicas. Neste sentido,

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas e lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise-histórica (THOMPSON, 1990, p. 366).

É indispensável à percepção de que o que foi escrito por aquele autor está estritamente vinculado ao contexto no qual ele está inserido, trata-se de uma reflexão histórica, onde se analisa determinado assunto dentro de um tempo diferenciado daquele no qual ele foi desenvolvido.

Outra característica presente no desenvolvimento deste trabalho é a utilização do termo “Revolução Farroupilha” entre aspas. A justificativa para esta forma de exposição é a de que o conflito revolucionário farrapo não é considerado pela historiografia como uma revolução. Pois, segundo Kühn (2011), não houve uma verdadeira alteração de estruturas, ao contrário, permaneceu-se no mesmo padrão de mando autoritário. Além disso, a corrente historiográfica marxista também não a considera, pois, percebe-a como um conflito entre classes dominantes e não como

um conflito entre classes sociais distintas. No Dicionário de Política, tem-se a definição do conceito de revolução:

O elemento que caracteriza a Revolução da época moderna é, com efeito, a divisão da sociedade em dois grupos antagônicos, que lutam por manter ou conquistar o poder, com particularidade de que, se vencerem, os “revolucionários” provocarão profundas transformações na própria esfera sócio-econômica [sic]. As guerras civis do passado, [...], eram causadas por lutas intestinais entre grupos da elite que pugnavam pelo poder político, mas que, depois de conquistarem, não causavam mudanças econômicas de grande vulto (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2007, p. 1122).

A monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, “O negro na ‘Revolução Farroupilha’: uma abordagem a partir da história narrativa”, traz a caracterização geral da corrente historiográfica tradicional e realiza uma análise da forma pela qual os autores Moacyr Flores, Spencer Leitman e Morivalde Calvet Fagundes abordam o papel do negro na “Revolução Farroupilha”.

O segundo capítulo, intitulado “A história marxista e o negro na “Revolução Farroupilha”: algumas considerações”, trata do assunto através de uma análise dos autores Luiz Roberto Lopez, Sandra Jatahy Pesavento e Mário José Maestri Filho, em uma perspectiva marxista. Faz parte da composição do capítulo considerações gerais sobre o materialismo histórico.

O terceiro e último capítulo, que leva o título de “Tecendo considerações do papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir da nova história”, trata da análise feita pelos autores Dante de Laytano, Margaret Marchiori Bakos e Tau Golin, os quais possuem em seus escritos características da história cultural. Assim como nos demais, neste capítulo a história nova também é caracterizada a partir de seus aspectos centrais.

## **2 O NEGRO NA “REVOLUÇÃO FARROUPILHA”: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA HISTÓRIA NARRATIVA**

Considerando que a área de conhecimento da história pode ser compreendida a partir dos estudos desenvolvidos por três grandes correntes historiográficas – metódica, marxista e *analles* –, propõe-se a análise do papel do negro durante a “Revolução Farroupilha” a partir daquelas três perspectivas. Neste capítulo, será examinada a abordagem dos historiadores Moacyr Flores, Spencer Leitman e Morivalde Calvet Fagundes, os quais produziram textos sobre o assunto, cujas características historiográficas os aproximam da escola metódica ou narrativa. Antes, porém, do exame do tema nos referidos autores, convém esclarecer os aspectos básicos desta corrente historiográfica.

### **2.1 Caracterização geral da história narrativa**

De acordo com Peter Burke (2011), pode-se considerar que a história narrativa contém seis grandes características: a abordagem de assuntos essencialmente políticos, a narrativa factual, a história vista “de cima”, o uso de fontes exclusivamente escritas, a pouca problematização dos assuntos e o caráter objetivo da ciência histórica.

Em relação ao primeiro aspecto – a abordagem de assuntos essencialmente políticos –, vale esclarecer que, no século XIX, momento em que a história buscava

se afirmar como uma ciência autônoma, definiu-se que o campo e objeto de estudo específico da história seria a política. Tal escolha foi resultado, em parte, dos estudos de Leopold von Ranke e, por outro, da escola metódica francesa.

A tendência rankeana parte do pressuposto de que é preciso narrar os fatos como eles realmente aconteceram e que, entre eles, há uma relação de causa e consequência. De acordo com esta perspectiva, a história é escrita como uma sucessão de acontecimentos isolados, ligados aos feitos políticos dos grandes “heróis”. Como esclarece Vavy Borges (1994), para Ranke a história enquanto ciência deveria compreender o passado e não julgá-lo.

A escola metódica francesa, embasada na teoria rankeana, por sua vez, manifesta-se durante o período da Terceira República na França, no final do século XIX. Através de seus manuais escolares, busca disseminar o regime republicano francês e alimentar uma propaganda nacionalista:

A escola metódica expõe os seus princípios com toda a candura, sem nenhuma máscara. Além disso, o grupo republicano, que cria a escola laica, gratuita e obrigatória, afirma claramente que a história não é neutra; que deve servir um projecto [sic] político (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 105).

Percebe-se, assim, que o paradigma tradicional, através da narrativa de eventos políticos, busca torná-los centrais, base para o entendimento dos demais temas históricos, como a economia, a sociedade e a cultura. Esta perspectiva, embora alimentasse uma visão política da história, “[...] de modo algum ela se confinava integralmente à história da política, da guerra e da diplomacia [...], mas sem dúvida tendia a supor que era essa a estrutura central dos eventos que interessavam ao historiador. Era a história no singular” (HOBBSAWM, 1998, p. 156).

A história no singular, caracterizada por Eric Hobsbawm (1998), evidencia a preocupação dos historiadores em narrar os fatos sob uma perspectiva que privilegia a política em relação aos fatores sociais e econômicos. Entende-se que, para os historiadores tradicionais, a narrativa historiográfica deveria basear-se em um evento central – o acontecimento político – que iria nortear e auxiliar na interpretação dos demais fatos históricos.

No que tange ao segundo aspecto apontado por Burke (2011) – a narrativa factual –, convém destacar que esta característica da história proporciona pensá-la

como imparcial. Cabe ao historiador apenas o papel de narrar e compreender os acontecimentos. O profissional da história é responsável apenas pela narrativa dos fatos, eximido de qualquer interpretação crítica. Sua real preocupação é levar aos seus leitores a exatidão dos mesmos. Além disso, propõe pensar o acontecimento de forma singular, ou seja, dentro de um espaço curto de tempo<sup>1</sup>. Com isso, não se leva em consideração a análise das estruturas ou o contexto que permeou o acontecimento, restringe-se exclusivamente à descrição do mesmo. De acordo com Hobsbawm (1998), a narrativa dos fatos também se caracteriza pela disposição dos mesmos em uma ordem cronológica, cabendo ao historiador o papel de descrevê-los tal qual consta na documentação.

A terceira grande característica da corrente historiográfica narrativa – a história “vista de cima” – propõe pensar a história concentrada nas realizações dos grandes homens, colocando o restante da humanidade em um segundo plano. Neste ponto, muitos historiadores acabam desconsiderando que os personagens considerados comuns também possuem história:

A história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao restante da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história (BURKE, 2011, p. 12).

Percebe-se a historiografia concentrada na história das elites. Tal concepção está relacionada à importância dada à história política pela história tradicional, pois, ao escolher os acontecimentos políticos como base para o restante da história, trabalha-se paralelamente com os “grandes homens” envolvidos nestes feitos. Sujeitos, enfim, que tomam as principais decisões na órbita do Estado.

Com relação ao quarto aspecto da história narrativa – o uso de fontes exclusivamente escritas –, convém destacar que esta foi uma das grandes contribuições de Ranke para a história tradicional. Neste sentido, limita-se a utilização de fontes àquelas narrativas e oficiais. Demais artefatos culturais, documentos não escritos, vestígios e estatísticas, não são levados em consideração.

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o termo “curta duração” no sentido atribuído a ele por Fernand Braudel (1992), para quem a delimitação temporal de uma história política abrange um espaço de tempo reduzido, que não ultrapassa uma década de análise.

Segundo o paradigma tradicional, estas fontes não expressam com exatidão a história, dessa forma, não podem ser consideradas “verdadeiras”:

Entre os pensamentos e os actos [sic] do homem, há muito poucos que deixem vestígios visíveis e estes vestígios, quando se produzem, raramente são duráveis; basta um acidente para os apagar. Ora todo o pensamento e todo o acto [sic] não deixou vestígios, directos [sic] ou indirectos [sic], ou cujos vestígios visíveis desapareceram, está perdido para a história (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2012, p. 98).

Dentro disso, verifica-se certa limitação quando se trata da utilização de fontes. Ao trabalhar estritamente com fontes oficiais, a concepção narrativa acaba por produzir uma história oficial. Nesta característica da história tradicional, os fatos históricos anteriores ao surgimento da escrita não são analisados, limitando a concepção de história e o entendimento dos acontecimentos anteriores a este evento.

O quinto aspecto que caracteriza a história narrativa – a pouca problematização dos assuntos – faz com que, conforme Burke (2011), desenvolva-se uma historiografia não problematizada, ou seja, uma narrativa dos eventos, uma história descritiva. Leopold von Ranke, em suas teses, propõe que a tarefa do historiador não é julgar o passado, e sim dar conta do que realmente se passou (BOURDÉ; MARTIN, 2012). Ranke propõe pensar a história como uma ciência que narra a verdade absoluta dos fatos. Através disso, a narrativa histórica é pensada sob uma única concepção. Esta metodologia de pesquisa descreve os fatos sem questioná-los, isolados e sem uma visão total do contexto. Neste sentido, o historiador não é aquele que irá julgar o passado ou instruir o presente.

Esta particularidade está estreitamente vinculada ao sexto aspecto da história tradicional – o caráter objetivo da ciência histórica. Tal característica propõe pensar a história como objetiva, ou conforme os ditos de Ranke, ao historiador cabe o papel de narrar os fatos como eles realmente aconteceram (BURKE, 2011). Desvinculando-se de qualquer interpretação teórica, a objetividade científica proposta pela história narrativa afasta-se da possibilidade do debate. Ao produzir uma narrativa considerada verídica, a história narrativa impossibilita demais especulações:

[...] a tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, assente em documentos seguros; a partir destes factos [sic], por si

só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar. Qualquer reflexão teórica é inútil, mesmo prejudicial, porque introduz um elemento de especulação. Segundo Von Ranke, a ciência positiva pode atingir a objectividade [sic] e conhecer a verdade da história (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 110).

Parte-se de um único ponto de vista, através de uma visão objetiva da sociedade. Dentro deste pressuposto, desconsidera-se qualquer outra interpretação que possa colocar em risco a objetividade da história, ou seja, que não possua fatores suficientes para comprovar sua exatidão histórica (BURKE, 2011).

Com a análise das características da história tradicional, constata-se que a mesma privilegia o estudo cronológico dos fatos, sem uma análise crítica. Além disso, detêm-se à descrição de fatores exclusivamente políticos, em um período de curta duração. Através de sua narrativa, busca a objetividade da ciência histórica.

Após os esclarecimentos a respeito das características básicas da história narrativa, parte-se para a análise do papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir da corrente historiográfica tradicional.

## **2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de autores da história narrativa**

A análise do papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de uma abordagem historiográfica narrativa foi feita tendo como base três autores: Moacyr Flores<sup>2</sup>, Spencer Leitman<sup>3</sup> e Morivalde Calvet Fagundes<sup>4</sup>. Em seus escritos, é

---

<sup>2</sup> Foram analisadas quatro obras do autor: FLORES, Moacyr. **Modelo político dos Farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Fontes, 1985; FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988; FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde**. Porto Alegre: EST, 2004.

<sup>3</sup> Foi analisada a obra: LEITMAN, Spencer L. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In DACANAL, José Hildebrando. **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

<sup>4</sup> Foi analisada a obra: FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

possível identificar os aspectos centrais da história narrativa, bem como particularidades.

### 2.2.1 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Moacyr Flores

Moacyr Flores nasceu em quatorze de janeiro de 1935 em Porto Alegre/RS. Ingressou no curso de Geografia e História (curso único) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 1960, e foi nesta mesma universidade que fez seu doutorado em História. Atuou como professor, através de concurso estadual, no município de São Borja. Após ser transferido para a capital, foi professor no Colégio Júlio de Castilhos, historiógrafo do Arquivo Histórico do Estado e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da PUCRS. Suas principais obras publicadas foram: Notas para a História da Revolução Farroupilha (1973), Modelo Político dos Farrapos (1996), Revolução Farroupilha (1998), Historiografia: estudos (1989), Revolução dos Farrapos (1995), História do Rio Grande do Sul (1986), Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde (2004), entre outras<sup>5</sup>.

Em sua escrita, possui características marcantes da história metódica tradicional. É o que se percebe em trechos como este, a respeito da “Revolução Farroupilha”:

No dia 21, pela manhã, o coronel Bento Gonçalves da Silva, que aguardava os resultados do levante em Pedras Brancas, atravessou o Guaíba, entrou na cidade e desfilou com as tropas farrapas, fardadas com blusas amarelas e barretinas vermelhas, pelas ruas de Porto Alegre. Os farroupilhas encontraram as armas e munições intactas no arsenal, por descuido de Gaspar Mena Barreto (FLORES, 1984, p. 40).

Percebe-se, nesta transcrição, particularidades importantes da corrente historiográfica tradicional. Primeiramente, há a narrativa minuciosa dos fatos produzida pelo autor, onde o mesmo cita a data, descreve o itinerário e os trajes das

---

<sup>5</sup> Fonte onde foram retiradas as informações para o desenvolvimento da biografia: FLORES, Moacyr. **Moacyr Flores: “O maior acontecimento da história do Brasil é a Revolução Farroupilha”**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/12/moacyr-flores-o-maior-acontecimento-da-historia-do-brasil-e-a-revolucao-farroupilha-3982621.html> - acesso em 06 de maio de 2015.



tropas farrapas. Além disso, Flores produz uma história “vista de cima”, quando destaca o papel de uma figura política importante no período, o então coronel Bento Gonçalves. A valorização dos grandes sujeitos da história também aparece em trechos como este:

[...] na correspondência de Antônio de Souza Neto, o proclamador da república, não encontramos nenhuma referência sobre ideologia ou justificativa de seu ato. Seus ofícios e cartas relatam combates, solicitam armas e munições pedem armamento, numa impressionante rotina militar (FLORES, 1982, p. 120).

Verifica-se que, além de trabalhar o contexto através de uma narrativa factual e de uma história “vista de cima”, Flores faz uso de eventos políticos para dar encaminhamento à sua narração. Nota-se também a utilização de documentos oficiais para comprovação do que está sendo relatado.

Dentro desta perspectiva, o autor aborda o negro no contexto da “Revolução Farroupilha”. Para Moacyr Flores, a história do Rio Grande do Sul desde seus primórdios teve a participação do escravo negro. Tal argumentação é encaminhada pelo autor ao expor as funções dos cativos no cotidiano sul-rio-grandense:

Os escravos classificavam-se como domésticos, de ganho, de lavoura e campeiro. O doméstico desempenhava funções na manutenção da casa, [...]. O escravo de ganho possuía uma profissão, como pedreiro, padeiro, [...], entregando uma parte do ganho ao seu senhor ou sendo por ele alugado. Utilizavam o negro de lavoura mais nas chácaras ao redor de cidades ou vilas, no cultivo de hortigranjeiros. O escravo campeiro trabalhava nas estâncias como peão, domador, tropeiro e até capataz. O pior lugar de trabalho era na charqueada, onde havia jornada de trabalho e produção a ser cumprida (FLORES, 1984, p. 17-18).

Através da citação acima, percebe-se que Flores introduz o escravo negro no cotidiano das grandes estâncias. Em um primeiro momento, a escravatura era utilizada apenas no desempenho de atividades exclusivas para os negros, uma vez que, ainda segundo o autor, trabalho era coisa de escravo.

Paralelo ao trabalho nas estâncias, Flores informa que, com o início da Farroupilha, os escravos passaram a desempenhar funções no exército farroupilha: “o governo republicano usou negros e mulatos nos altos escalões, tanto no exército quanto na burocracia” (FLORES, 2004, p. 28). Para o autor, com o objetivo de aumentar o contingente de soldados, os líderes farroupilhas passaram a se utilizar de seus escravos. Motivados pelo ideal de libertação, muitos escravos acabaram por

aderir ao movimento republicano, compondo, segundo Flores, principalmente a ala dos lanceiros, onde eram colocados na linha de frente do combate.

Ainda no que tange à “Revolução Farroupilha”, Moacyr Flores destaca o tratamento dado ao negro pelos líderes revolucionários, levando-se em consideração que os ideais deste movimento estavam envoltos na questão de liberdade, igualdade e humanidade:

Embora os farroupilhas lutassem pela liberdade, igualdade e humanidade, seguiram o imaginário da época que considerava o negro como inferior, discriminando-o e assim justificando o sistema de escravidão. Os liberais colocavam a liberdade da propriedade, resultando que só os proprietários tinham direitos políticos. O escravo, sendo uma propriedade, só podia ser libertado por seu senhor, pois o Estado não podia intervir na propriedade (FLORES, 2004, p. 16).

O autor argumenta, então, que apesar do engajamento dos farroupilhas em um movimento revolucionário que se supunha ter por base os ideais liberais, verifica-se que na prática isso não era seguido, na medida em que os grandes estancieiros tratavam o escravo como uma propriedade e acabavam por infringir estes princípios. Salienta-se que a abordagem produzida por Flores é focada nos aspectos políticos da “Revolução Farroupilha” e a narrativa a respeito do papel do negro no movimento político expõe a incoerência entre o ideário liberal das lideranças farroupilhas e a manutenção do *status* de escravo para os negros.

Dentro desta perspectiva, percebe-se que Flores aborda o escravo negro através de uma narrativa factual, onde o negro é mostrado como uma propriedade de seu senhor. Em um primeiro momento, como se viu, Flores cita a presença do negro no Rio Grande do Sul desde o século XVIII. Após, trabalha com ele no contexto da Farroupilha, onde lança questionamentos acerca de uma possível traição por parte dos grandes líderes revolucionários. Segundo o autor, o cerco de Porongos, acontecimento decisivo para a “revolução”, foi uma forma de acabar com o empecilho para as negociações de paz – a libertação dos negros:

Circula na historiografia sul-rio-grandense que os imperiais firmaram um Tratado de Paz em Ponche Verde nos termos ditados pelos republicanos. Inclusive há várias cópias da ata do pseudo tratado, assinada unicamente pelos farrapos, sem assinatura por parte dos imperiais. Portanto, a ata não

é um tratado, é apenas um documento para encobrir um ato que não podia vir à luz: a traição em Porongos (FLORES, 2004, p. 55)<sup>6</sup>.

Nota-se que o autor, apesar de reproduzir características da história narrativa, lança uma versão divergente da abordagem tradicional, que teria se baseado num documento oficial erroneamente considerado como um “tratado”. Fazendo uso novamente de documentação escrita e oficial, Flores elabora uma narrativa que expõe um descaso dos líderes do movimento farroupilha em relação ao negro. Flores aborda o assunto dentro de uma visão onde o escravo negro teria sido prejudicado. Por considerar a “Revolução Farroupilha” como uma forma de identidade rio-grandense, munida de ideais liberais republicanos, destaca que muitas vezes a história da guerra foi determinada por uma construção idealizada dos grandes heróis do movimento:

[...] a reconstrução da memória depende de uma ponte frágil entre o presente e o passado, que às vezes se rompe por falta de documentação. Geralmente a lacuna é preenchida pela tradição que reconstitui o passado de uma maneira idealizada (FLORES, 2004, p. 55).

Percebe-se que Moacyr Flores considera que a falta de documentação escrita abre espaço para construções “idealizadas” do passado. O autor reelabora uma narrativa a respeito da batalha de Porongos e da Paz do Poncho Verde a partir do uso de documentação escrita, portanto, reproduzindo características de uma história narrativa e factual. A crítica de Flores não é centrada na forma de escrever a história, e sim, na falta de documentos que comprovem versões consagradas ao longo de tempo menos pela comprovação científica do que pelo senso comum.

O próximo autor aqui analisado – Spencer Leitman – também expressa aspectos da historiografia tradicional ao tratar do negro na “Revolução Farroupilha”.

---

<sup>6</sup> Vale esclarecer que a batalha de Porongos foi um confronto que ocorreu em 1844, onde os soldados farrapos, sob o comando de Davi Canabarro, foram surpreendidos por tropas imperiais, que estavam sob o comando de Francisco Pedro de Abreu. O resultado deste confronto foi à morte de grande contingente de soldados, principalmente do corpo de lanceiros negros. Já a Paz de Ponche Verde, foi um tratado de paz firmado em 1845, entre os líderes republicanos e o governo imperial, pondo fim ao conflito.

### 2.2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Spencer Leitman

Spencer Leitman nasceu em 1943, em Nova York, nos Estados Unidos. Graduou-se em história em 1965 na Universidade do Estado de Nova York. Através de interesse pela cultura brasileira, acabou desenvolvendo estudos sobre o Brasil. Em 1972 obteve seu doutorado pela Universidade do Texas, onde defendeu a tese sobre a “Revolução Farroupilha”, que mais tarde se tornaria sua principal obra: *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos* (1979)<sup>7</sup>.

Historiador norte-americano e pesquisador da história do Rio Grande do Sul, principalmente do período da guerra dos Farrapos, Leitman produz uma narrativa minuciosa, utilizando-se de momentos da “Revolução Farroupilha” como pano de fundo. Sua narrativa, portanto, possui características da história metódica tradicional.

Spencer Leitman utiliza a abordagem política como base, para narrar o desenrolar do conflito. Nota-se que o autor faz uso de uma metodologia descritiva objetiva, ou seja, não abre espaços para questionamentos posteriores. Apenas narra os fatos:

Em 20 de setembro de 1835, os líderes fronteiriços e seus seguidores no Rio Grande do Sul, conhecidos como Farrapos, derrubaram o governo provincial em Porto Alegre. Em novembro de 1836, os Farrapos já haviam estabelecido um governo republicano na pequena cidade de Piratini, nas colinas da região sudeste da então província. Durante quase dez anos resistiram às forças do Império em sua luta pela independência (LEITMAN, 1997, p. 61).

Verifica-se que o autor produz uma narrativa factual, baseada em uma organização cronológica e um detalhamento minucioso dos acontecimentos. Além disso, Leitman trabalha com figuras políticas do período. Tal característica produz uma história “vista de cima”, ou seja, destacando o papel das grandes elites:

Caxias confiava no poder do ouro. Com poderes ilimitados e verbas consideráveis para sobrepor-se aos “obstáculos pecuniários” que surgissem ao negociar com os líderes farrapos, ele tentou um acordo com David Canabarro, o principal general farrapo, para terminar a guerra (LEITMAN, 1997, p. 75).

---

<sup>7</sup> Fonte onde foram obtidas as informações retiradas para a escrita da biografia: LEITMAN, Spencer. **Spencer Leitman: “A escravidão amarró os farrapos ao Rio e ao Brasil”**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/12/spencer-leitman-a-escravidao-amarró-os-farrapos-ao-rio-e-ao-brasil-3982700.html>, acesso em 06 de maio de 2015.

Através de aspectos da história metódica tradicional, percebe-se que o autor identifica o escravo negro na “Revolução Farrroupilha” como um soldado. Primeiramente, destaca que as lideranças farroupilhas estavam temerosas com a possibilidade de armar combatentes negros. Porém, isso se fez necessário na medida em que o conflito foi avançando. Com isso, Leitman salienta que se tornou indispensável a presença de escravos no contingente das forças rebeldes:

Enquanto a iniciativa estava com os rebeldes, estes foram relutantes em utilizar escravos em suas fileiras. Cientes dos problemas de segurança interna e da intocabilidade da propriedade privada, as lideranças dos farrapos demonstravam temor em armar e treinar combatentes afro-brasileiros. Contudo, à medida que o conflito se prolongava, a recentemente criada República do Rio Grande do Sul tornou-se ansiosa por homens que pudessem ser contados como brancos (LEITMAN, 1997, p. 61).

A Batalha de Porongos, revista por Moacyr Flores, é abordada por Leitman. Dentro deste contexto, supõe a traição de Canabarro aos negros farrapos, onde o líder farroupilha, de comum acordo com o Barão de Caxias, planejou o massacre:

De comum acordo decidiram destruir parte do exército de Canabarro, exatamente seus contingentes negros, numa batalha pré-arranjada, conhecida como a “Surpresa dos Porongos”, em 14 de novembro de 1844. Em suas instruções secretas para o comandante legalista da operação, Caxias orientou-o no sentido de “poupar sangue brasileiro o mais possível, particularmente de homens brancos da província, ou índios, pois você bem sabe que essas pobres criaturas ainda nos podem ser úteis no futuro” (LEITMAN, 1997, p. 75).

Cabe salientar que as negociações de paz e a assinatura do Tratado de Ponche Verde ocorreram alguns meses depois do massacre de Porongos. Apesar do grande número de negros dizimados neste conflito, eles ainda constituíam a força principal do exército farrapo. No período intermediário entre a Batalha de Porongos e a Paz de Ponche Verde, Leitman evidencia que os negros permanecerem à mercê das decisões dos líderes do conflito.

No que se refere à Paz de Ponche Verde, o autor acentua que as informações contidas no Tratado são falsas, principalmente no que tange a libertação dos soldados negros. Pois, para o autor, um dos pontos fundamentais que impediam o acordo de paz era a suposta exigência dos farrapos para a libertação dos combatentes negros:

O artigo emancipatório da Paz de Ponche Verde não foi resultado do republicanismo rio-grandense reforçado por elementos fronteiriços míticos nem, tampouco, foi o reflexo de uma visão arguta por parte do governo

central. Foi, antes, uma traição aos negros farrapos, assinada por temor, incerteza e desejo de preservar e perpetuar o poder branco (LEITMAN, 1997, p. 62).

Conforme Leitman, com o objetivo de cumprir com os ideais republicanos e temendo a continuação do conflito que já se arrastava por quase uma década, o Tratado de Ponche Verde foi assinado. Em seu artigo 4º previa a libertação dos escravos negros que haviam servido no exército farrapo. Em síntese, Leitman traz a narrativa de que o governo republicano reafirmou seu espírito igualitário, cumprindo com suas promessas e eximindo-se de qualquer compromisso firmado com a infantaria negra.

Porém, convém levar em consideração outro fator presente na narrativa de Spencer Leitman com relação à libertação dos escravos negros:

Tanto os generais do Rio de Janeiro como os Farrapos estavam em constrangimento semelhante, dando-se conta de suas posições caso fosse permitido que os negros farrapos tivessem ações independentes. Eles concordavam que a liberdade para os negros farrapos era aceitável desde que pudessem ser controlados de alguma forma, como o exército, por exemplo. Qualquer acordo de paz teria que levar em conta a presença dessa força móvel e bem organizada (LEITMAN, 1997, p.74/75).

A liberdade negra, apesar de se constituir como um compromisso entre os líderes farroupilhas e os escravos, não era totalmente aceita. Acabava por acarretar medo entre os líderes da elite, que objetivavam controlar os negros de alguma forma.

Percebe-se que Leitman produz características da história narrativa em sua escrita. Partilha do mesmo pensamento de Moacyr Flores, no que se refere ao Combate de Porongos e a Paz de Ponche Verde. O autor introduz o negro como soldado, destacando que o mesmo representava um grande contingente no exército farroupilha.

Sua narrativa expõe claramente o descaso dos líderes farroupilhas para com os escravos negros. Evidenciando a questão do Tratado de Ponche Verde, destaca que, ao incluir no suposto “tratado” a libertação dos escravos, os líderes farroupilhas eximiram-se de qualquer compromisso. Apesar de propor revisão dos principais eventos da “Revolução Farroupilha”, Leitman faz de uso de uma documentação oficial, para descrever o contexto. Além disso, produz uma história “vista de cima”, quando aborda o interesse dos grandes líderes farroupilhas.

O próximo autor analisado – Morivalde Calvet Fagundes – também trata o negro na “Revolução Farroupilha” através de uma abordagem da história narrativa.

### 2.2.3 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Morivalde Calvet Fagundes

Morivalde Calvet Fagundes nasceu em trinta de março de 1912 em Porto Alegre. Comerciante, soldado, escritor e historiador, fundou a Academia Maçônica de Letras em 1972. Como crítico literário, exerceu papel fundamental em diversos jornais do país. Entre suas obras pode-se destacar: Lobo da Costa, Ascensão e declínio de um Poeta (1954), Estórias da Figueira Marcada (1961), A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução (1976) e História da Revolução Farroupilha (1984) <sup>8</sup>.

Fagundes reproduz em seus escritos aspectos da história narrativa. Destacando o papel dos grandes líderes farroupilhas, através de seus feitos políticos, produz uma história “vista de cima”, concentrada na força das elites:

Neto, surpreendido com a imposição, ficou indeciso. Bento Gonçalves era quem dirigia a política da Revolução, e ele não sabia se aceitaria ou não essa resolução. Os oficiais responderam que a divisão do centro (a de Bento Gonçalves) estava perdida, que não haveria como salvá-la e que Bento Gonçalves aprovaria o que fosse feito. Para aumentar a pressão, acrescentaram que, se ele, Neto, não aquiescesse, os piratinenses se retirariam da Revolução, porque João Manuel seria general e comandante do exército na primeira proposta que se fizesse, e, sob suas ordens, eles não serviriam. Para arrematar, deram a entender que se ele, Neto, fosse aclamado general no campo de batalha, toda a 1ª Brigada como tal o respeitaria e acompanharia, e ninguém mais seria capaz de anular esse fato consumado. Concluíram por confessar que João Manuel tinha ciência de tudo (FAGUNDES, 1984, p. 152).

Com isso, percebe-se que o autor introduz assuntos políticos pertinentes ao conflito, utilizando-os para conduzir sua narrativa e contemplando uma das grandes características da história metódica tradicional – a abordagem de assuntos essencialmente políticos. Paralelo a isso, percebe-se nos escritos de Fagundes uma descrição minuciosa dos fatos:

---

<sup>8</sup> Fonte onde foram obtidas as informações contidas na biografia: FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

A 29 de agosto de 1838, Bento Gonçalves, ainda de Piratini, lançou um soberbo manifesto, viril, nobre, onde, depois de expor ao mundo, com minúcias, as causas da revolução, jurava solenemente por seus companheiros “não aceitem do governo do Brasil uma paz ignominiosa, que pudesse desmentir a soberania e a independência” do Continente de São Pedro (FAGUNDES, 1984, p. 232).

Produzindo uma narrativa pontuada por características da história tradicional, Morivalde Calvet Fagundes aborda a participação negra no contexto da “Revolução Farroupilha” e enfatiza as considerações positivas feitas pelos grandes líderes da revolta. Através de uma narrativa factual, dispõe sobre a chegada do negro ao Rio Grande do Sul dentro de uma ordem cronológica. Cabe destacar que Fagundes propõe uma história “vista de cima”, quando se utiliza de grandes líderes farrapos para estabelecer considerações sobre os negros, como no caso de Garibaldi:

Já vimos o elogio que Garibaldi fez aos negros do Rio Grande do Sul, quando descreveu o pessoal com que contava no estaleiro do rio Camaquã: “gente branca, de diversas nacionalidades, muitos mulatos e negros, estes os melhores e os mais fieis” (FAGUNDES, 1984, p. 250).

Em sua narrativa, percebe-se que Fagundes evidencia a preocupação dos líderes do movimento farroupilha pela libertação dos negros. Destaca que a questão da liberdade negra provinha de períodos anteriores à “Revolução Farroupilha”, desde 1803:

A luta pela libertação do negro, data, no Rio Grande do Sul, de 1803, quando Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos tivera a prioridade de dar o grito republicano e de libertação dos escravos, na vila da Cachoeira, gesto que repetiu em 1820. Em 1817, Gonçalves Chaves propusera, em suas memórias Econômico-Políticas, meios de abolir no Brasil a escravidão (FAGUNDES, 1984, p. 252).

Além disso, durante o período revolucionário, Fagundes nota que a liberdade aos cativos também era uma prática comum, garantida no momento em que os escravos se alistavam nas tropas rebeldes: “Desde cedo os revolucionários trataram de oferecer aos agenciadores plena liberdade aos cativos, sossegando os proprietários com a segurança de que seriam indenizados [...]” (FAGUNDES, 1984, p. 252).

Outro fator de merecido destaque, abordado por Fagundes, é a negociação de paz entre os líderes farroupilhas e o Império do Brasil, onde qualquer acordo se tornava inviável quando a questão da liberdade negra não era aceita. Dessa forma, o conflito continuaria até que houvesse a cedência por parte do governo imperial,



uma vez que não seria possível abandonar a causa da liberdade negra em função da grande dedicação deste contingente de cativos à liberdade da América (FAGUNDES, 1984). Dentro deste contexto, Fagundes argumenta que a revolução se finda no momento em que entre as cláusulas previstas no Tratado de Ponche Verde está a concessão de liberdade a todos os cativos que serviram a Revolução.

Através da análise da obra de Fagundes, percebe-se que ele atribui ao negro a característica de fiel, ou seja, uma figura que se mantém ao lado de seu senhor mediante qualquer acontecimento. Verifica-se também que o autor trata com muita ênfase a questão liberal, requerida desde muito cedo pela província do Rio Grande do Sul. Neste sentido, pode-se considerar que o autor aborda a questão da escravidão negra primeiramente através de uma relação de dependência e servidão interligada com a questão político-militar.

## **2.2 Síntese do capítulo**

Neste capítulo, a história narrativa ou tradicional foi caracterizada a partir de seis aspectos básicos: os temas essencialmente políticos, a narrativa de fatos, o enfoque nos grandes líderes da história, a fonte documental escrita, a pouca problematização e a objetividade da ciência histórica. Os historiadores Moacyr Flores, Spencer Leitman e Morivalde Calvet Fagundes, aqui analisados, abordaram o papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir da perspectiva historiográfica narrativa, contudo, com algumas diferenças entre eles.

Moacyr Flores dedica grande parte de sua narrativa ao estudo do negro. Analisando sua escrita, percebe-se que o autor objetiva reescrever a história dos cativos no contexto farrapo. Tal afirmação parte do pressuposto de se repensar eventos da “Revolução Farroupilha”, como o Combate de Porongos e a Paz de Ponche Verde. Neste sentido, Flores afasta-se da abordagem tradicional, que atribui aos líderes farroupilhas um espírito igualitário na luta pela liberdade dos negros e contesta a veracidade destes eventos políticos. Porém, para realizar esta releitura dos fatos, o autor se utiliza de documentos oficiais. Ao propor uma nova versão da

história dos negros no contexto farroupilha, Moacyr Flores faz uso de fontes oficiais da época.

No que se refere a Spencer Leitman, nota-se uma abordagem tradicional em sua escrita, uma vez que propõe uma narrativa voltada para a descrição dos fatos e se utiliza de uma ordem cronológica. Assim como Moacyr Flores, Leitman faz uma revisão de eventos marcantes do período revolucionário farrapo, porém, não realizando contestações.

Morivalde Calvet Fagundes, por sua vez, faz uso de uma abordagem estritamente tradicional quando se refere ao negro no contexto da “Revolução Farroupilha”. Isso pode ser percebido principalmente quando o autor destaca que a questão liberal era algo requerido desde muito cedo na Província do Rio Grande do Sul. Diferentemente de Moacyr Flores e de Spencer Leitman, Fagundes não propõe uma revisão dos fatos e nem os contesta, apenas introduz o negro no cenário político-militar, como um soldado. Outra característica do autor é a ausência de espaço em seu texto para os negros, apesar de possuir uma obra que trata exclusivamente do movimento revolucionário.

No próximo capítulo será analisada a abordagem dos historiadores Luiz Roberto Lopez, Sandra Jatahy Pesavento e Mário J. Maestri Filho, os quais produziram textos sobre o papel do negro na “Revolução Farroupilha”, cujas características historiográficas os aproximam da história marxista.

### **3 A HISTÓRIA MARXISTA E O NEGRO NA “REVOLUÇÃO FARROUPILHA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A abordagem do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de um enfoque marxista é o objeto de estudo deste capítulo. A exemplo do capítulo anterior foram selecionados três autores que representam a escola histórica em questão: Luiz Roberto Lopez, Sandra Jatahy Pesavento e Mário J. Maestri Filho. Primeiramente serão esclarecidos aspectos básicos do materialismo histórico e, a seguir, será examinada a interpretação elaborada pelos autores sobre o tema.

#### **3.1 Caracterização geral da História Marxista**

De acordo com Vavy Pacheco Borges (1994), no século XIX ocorre a concretização do capitalismo industrial, o qual foi criticado como forma de organização da sociedade. Nesta perspectiva crítica, destacam-se dois pensadores, Karl Marx e Friedrich Engels, que desenvolvem uma nova teoria do conhecimento, o materialismo histórico ou marxismo, o qual é centrado no pressuposto de que a realidade é caracterizada pelas condições socioeconômicas da vida material e pelas ideias, valores e instituições dialeticamente criadas. Considerando a realidade como algo não estático, mas dialético, Marx e Engels entendem a história como um processo dinâmico, “no qual cada realidade social traz dentro de si o princípio de sua própria contradição, o que gera a transformação constante na história” (BORGES, 1994, p. 36).

Pode-se caracterizar o materialismo histórico a partir de seis grandes aspectos, os quais estão expressos no trabalho dos autores que serão examinados em seguida: o enfoque socioeconômico, a análise dialética, a percepção das contradições sociais, o uso de fontes variadas, a problematização dos temas e o caráter objetivo da história.

Com relação à primeira grande característica da corrente historiográfica marxista – o enfoque socioeconômico –, cabe esclarecer que, no contexto do século XIX, através da efetivação da sociedade burguesa e da formação do capitalismo industrial, Marx e Engels propõem uma nova forma de se pensar a história:

Em 1910, já se notava que, a partir da metade do século XIX, havia se tentado sistematicamente introduzir um referencial materialista no lugar de seu referencial idealista, levando assim ao declínio da história política e à ascensão da história “econômica ou sociológica”: sem dúvida, sob estímulo cada vez mais premente do “problema social” que “dominava” a historiografia na segunda metade daquele século (HOBSBAWM, 1998, p. 157).

Com o declínio da história política e religiosa, a história econômica começa a ganhar espaço na historiografia. Neste sentido a concepção individual dá lugar à concepção coletiva. Através do estudo das relações sociais, o marxismo mostra que os homens precisam transformar a sociedade para sobreviver. Porém, tal intervenção não se dá individualmente e sim em conjunto (BORGES, 1994). Neste sentido:

O ponto de partida do conhecimento da realidade são as relações que os homens mantêm com a natureza e com os outros homens; não são as ideias que vão provocar as transformações, mas as condições materiais e as relações entre os homens, que estas condicionam (BORGES, 1994, p. 35).

Verifica-se que a corrente historiográfica marxista utiliza as relações entre a sociedade e o meio como embasamento para o entendimento da história. Além disso, nota-se que a efetivação das relações não depende diretamente da vontade do indivíduo e sim das condições socioeconômicas e das ideias nas quais ele está inserido. Marx e Engels propõem que sejam identificadas as forças produtivas da sociedade (como por exemplo, o conhecimento e a tecnologia). A partir delas, desenvolvem-se as atividades econômicas (como a agricultura ou a indústria), que influenciam o tipo de relações sociais, com classes dominantes e dominadas, as

quais se submetem a instituições políticas e discursos ideológicos que fortalecem o domínio de um grupo social sobre o outro (BOURDÉ; MARTIN, 2012).

O segundo aspecto – a análise dialética –, dá-se através da reestruturação do conceito de dialética de Hegel:

Marx vai buscar de Hegel o método dialético [sic], mas agita-o, “vira-o do avesso”. Para Hegel, o movimento do pensamento, que personifica sob o nome Ideia, é o demiurgo da realidade, a qual não passa da forma fenomenal da ideia. Para mim (Marx), pelo contrário, o movimento do pensamento não passa do reflexo do movimento real, transposto para o cérebro do Homem [...]. O movimento contraditório da sociedade capitalista faz-se sentir no burguês da maneira mais chocante, pelas vicissitudes da indústria moderna através do seu ciclo periódico cujo ponto culminante é a crise (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 152-153).

Ao contrário de Hegel, que é idealista, Marx e Engels são materialistas. Desta forma propõem uma inversão, criando o chamado materialismo dialético. Através de uma concepção materialista da história, a corrente historiográfica marxista parte do pressuposto de que os movimentos históricos ocorrem de acordo com as condições sociais e materiais (BOURDÉ; MARTIN, 2012). O marxismo se baseia no estudo da sociedade, relacionando a luta de classes com a organização social. Além disso, convém destacar outra característica da análise dialética, a qual parte do pressuposto de que o raciocínio se dá por três etapas distintas: tese, antítese e síntese:

Na primeira, chamada de tese, analisa-se as características do objeto, estabelecendo os aspectos afirmativos e contraditórios, sem elaborar explicações. Na segunda etapa, a antítese, analisa-se os aspectos contraditórios, buscando novos aspectos até chegar à síntese, na terceira etapa, que é a compreensão da realidade (FLORES, 1989, p. 80).

Neste sentido, a realidade não é algo estático, e sim, está em perpétua transformação. A relação entre a vida material e as ideias em cada contexto gera contradições e, também, as suas superações, ocasionando uma transformação permanente da história (BORGES, 1994).

Paralelo à análise dialética, tem-se o terceiro aspecto da história marxista: a percepção das contradições sociais. Tal aspecto possibilita a compreensão sistêmica do marxismo. O materialismo histórico propõe que, para que o sistema opere, é necessário que existam elementos estabilizantes e perturbadores, de uma forma simultânea (HOBBSAWM, 1998). Dentro disso, verifica-se que as

contradições se dão principalmente através das lutas de classes: “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 7).

Considerando que a história não se trata de um processo linear e sim de uma sequência de causa e efeito, o marxismo propõe que são as contradições originárias das forças produtivas<sup>9</sup> e das relações de produção<sup>10</sup> que dão sentido ao sistema. A luta de classes – resultante destas contradições –, é que caracteriza a vida social e econômica: “os diversos escalões da realidade social já não coincidem uns com os outros; a contradição entre as instâncias culmina na destruição de uma estrutura, no aparecimento de uma outra estrutura” (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 153).

A quarta característica da corrente historiográfica marxista – o uso de fontes variadas – sugere uma ampliação da noção de fonte histórica. A abertura para o uso de fontes que não sejam somente as consideradas oficiais possibilitou à história a compreensão e a pesquisa de fatores que até então se encontravam encobertos, devido à delimitação das fontes escritas. Tal característica pode estar vinculada ao interesse existente na compreensão da organização humana, principalmente no que tange às questões econômicas. Neste sentido, a aplicação de fontes diversas à pesquisa proporciona a compreensão da história das sociedades e conseqüentemente a história das lutas de classes. Além disso, o marxismo irá propor uma leitura diferenciada dos documentos oficiais (HOBSBAWM, 1998).

Ao propor o estudo da realidade a partir da caracterização da infraestrutura econômica (formada pelas forças produtivas e pelas relações de produção) e da superestrutura ideológica (instituições jurídicas e políticas, formas de Estado, formas de consciência social), o materialismo histórico considera que as ideias em nível de superestrutura se manifestam em diferentes vestígios históricos, como a literatura, a

---

<sup>9</sup> Segundo Bourd e e Martin (2012), as forças produtivas podem ser interpretadas como fontes de energia, matérias-primas e máquinas, porém, traduzem-se também como conhecimentos científicos e técnicos. Dessa forma, as forças produtivas não são simplesmente materiais, mas também humanas.

<sup>10</sup> Já as rela es de produ o tratam-se das rela es sociais que os homens estabelecem entre si, produzindo e dividindo entre si os bens e serviços. Dessa forma, forças produtivas e rela es de produ o constituem a infraestrutura econômica de uma sociedade, ou seja, sua base. Sobre essa base ergue-se a superestrutura, caracterizada por formas de consciência social, como a política (BOURD E, MARTIN, 2012).

filosofia, a religião, a arte e a ideologia, ampliando, assim, a noção de fonte histórica (BOURDÉ; MARTIN, 2012).

Com relação à quinta característica – a problematização dos temas –, tem-se a concepção de que os fatos históricos deixam de ser compreendidos simplesmente através de documentos, por uma simples narrativa. Nesta perspectiva, trabalha-se com a importância da interpretação do historiador frente ao documento:

Deste modo, a história da filosofia tradicional apresenta-se como um encadeamento de ideias, engrenando-se umas às outras, de Platão a Heidegger, sem referência às sociedades, em que estas teorias foram concebidas, expressas, discutidas. Deste modo, a história “positivista” permite-se isolar os acontecimentos políticos sem ter em conta as relações sociais nem as actividades [sic] económicas [sic]. O materialismo histórico coloca o grave problema do sentido da determinação entre os níveis da realidade social (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 151).

Nota-se que, diferentemente da história tradicional, a história marxista proporciona uma problematização dos temas. Despreendendo-se de uma história linear, baseada exclusivamente em eventos de cunho político, proporciona a interpretação da sociedade através das atividades socioeconômicas. Ao voltar-se para os critérios econômicos quando explica a sociedade, o historiador não consegue atingir a imparcialidade, uma vez que, segundo Marx, todo o indivíduo está logicamente incluído em uma classe social. Dessa forma, sua análise historiográfica estará baseada no contexto em que o mesmo está inserido (BOURDÉ; MARTIN, 2012).

O sexto aspecto da corrente marxista – o caráter objetivo da história –, propõe pensar a história de uma forma objetiva, ou seja, de uma forma que desvende a realidade. Utiliza-se uma metodologia baseada na exatidão dos fatos: “Por outro lado, no espírito de Marx, a evolução da Humanidade não segue um curso linear, mas procede por mutação de uma estrutura para outra estrutura” (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 152). Por pensar a história como uma sequência de modos de produção<sup>11</sup>, o marxismo trabalha com a objetividade, pois, entende que esta é a única forma para explicar a história. Através de uma leitura sistêmica relata o funcionamento da sociedade.

---

<sup>11</sup> Para o marxismo, o modo de produção é a estrutura determinante da vida social e material, uma vez que, condiciona todo o processo de vida social, política e intelectual. Caracteriza-se como um modelo de funcionamento e desenvolvimento econômico de determinado contexto social (BOURDÉ; MARTIN, 2012).

Após estudo dos aspectos básicos da corrente historiográfica marxista, verifica-se que a mesma prioriza uma análise socioeconômica, utilizando à dialética e as contradições como formas para explicar as estruturas sociais. Propõe a problematização dos fatos e uma explicação objetiva sobre a realidade.

Após os esclarecimentos a respeito das características centrais da história marxista, parte-se para a análise do papel do negro no período da “Revolução Farroupilha” a partir de autores embasados no materialismo histórico.

### 3.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de autores da história marxista

O estudo do papel do negro no período da “Revolução Farroupilha” a partir de uma perspectiva marxista foi realizado através da análise de três autores: Luiz Roberto Lopez<sup>12</sup>, Sandra Jatahy Pesavento<sup>13</sup> e Mário J. Maestri Filho<sup>14</sup>. Em seus textos é possível identificar características centrais da história marxista, bem como suas singularidades.

#### 3.2.1 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Luiz Roberto Lopez

Luiz Roberto Lopez nasceu em Porto Alegre. Foi professor da UFRGS, historiador da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, diretor da discoteca pública do Estado e professor de cursos da história da cultura em Porto Alegre. Destacou-se no estudo do passado do Brasil e da Europa moderna e

---

<sup>12</sup> No livro: LOPEZ, Luiz Roberto. **Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1992.

<sup>13</sup> Nos livros: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. *In* DACANAL, José Hildebrando **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

<sup>14</sup> Nos livros: MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1984. MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo africano no Rio Grande do Sul**. *In* DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.



contemporânea. Registrou seus estudos através de livros, ensaios, artigos e outros. Entre suas obras, pode-se citar: História do Brasil Contemporâneo (1980), História do Brasil Colonial (1981), História do Brasil Imperial (1982), História do Século XX (1983), História da América Latina (1986), Cultura Brasileira: das origens a 1808 (1988), Cultura Brasileira: de 1808 ao Pré-Modernismo (1988), A Inconfidência Mineira (1989), João Goulart (1990), Do Terceiro Reich ao Novo Nazismo (1992), Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos (1992), entre outras<sup>15</sup>.

Lopez reproduz em seus textos características da corrente historiográfica marxista. O autor faz uso de aspectos socioeconômicos para analisar o período revolucionário farroupilha. Através da análise da luta de classes e de uma concepção materialista, explica as causas do levante farrapo:

[...] O Rio Grande estava na condição de periferia de outra periferia, considerando a posição do Brasil em face da Europa. Não é, pois, de admirar a oposição das nossas elites locais ao unitarismo vigente, que lhes impossibilitava se fazerem ouvir em seus interesses contrariados. Bloqueava-se o espaço político que poderia atender a descontentamentos de origem econômica. [...]. A consequência disso acabou sendo que a classe dominante gaúcha foi coagida a buscar na luta armada a alternativa política que não encontrou pelas vias institucionais (LOPEZ, 1992, p. 26).

Luiz Roberto Lopez utiliza as contradições sociais para entender o movimento, uma vez que identifica elementos perturbadores deste contexto, como os conflitos entre as províncias e o governo imperial. Diante disso, o autor expõe que as relações econômicas foram o eixo principal do conflito entre essas duas forças de poder:

Na esteira do sufoco econômico, tudo o mais veio como insulto: o fato da província não escolher seus próprios Presidentes, o fato deles não serem gaúchos, as devastações decorrentes da Guerra Cisplatina (1825-28) [...]. Tais aspectos vieram como reforço da indignação que alimentou uma conflagração de dez anos. Enfim, foi a revolta de uma fração da elite rural por outra. Ver as coisas desta forma significa remeter a questão a seus fundamentos básicos – a infra-estrutura [sic] da história rio-grandense (LOPEZ, 1992, p. 27).

Percebe-se que Lopez utiliza o conceito de infraestrutura para esclarecer os motivos da revolta. Conforme visto anteriormente, trata-se de uma característica peculiar da corrente historiográfica marxista se referir à base concreta de uma

---

<sup>15</sup> Fonte onde foram obtidas as informações contidas na biografia do autor: MAESTRI FILHO, Mário José. **Luiz Roberto Lopez: uma presença insubstituível**. Disponível em [http://www.correiodocidadania.com.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=605](http://www.correiodocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=605) – acesso em 13 de maio de 2015.

estrutura econômica (BOURDÉ; MARTIN, 2012). Com isso, o autor identifica que foram os conflitos entre as elites a questão principal do movimento revoltoso.

Considerando que o autor vale-se de aspectos marxistas em seus textos, cabe analisar o papel do negro no período da “Revolução Farroupilha”. Neste sentido, verifica-se que Lopez percebe o negro como dominado, ou seja, evidencia a estrutura hierárquica da sociedade gaúcha:

Embora a sociedade gaúcha tenha se estruturado à base de dominação e hierarquia, as aparências permitiram a escamoteação de tal fato, forjando-se o contraponto de uma ideologia de democracia racial e social. Os ideólogos de tal democracia se apoiaram no fato de que a pecuária não foi uma economia escravista e destacavam que o patrão, num clima de camaradagem, compartilhava do estilo de vida de seu empregado, como se tomar do mesmo chimarrão fosse um critério de nivelamento de classes (LOPEZ, 1992, p. 12).

Lopez considera que o “clima de camaradagem” entre patrão e peão fez surgir à ideia falsa de “democracia racial” na sociedade gaúcha. Luiz Roberto Lopez contesta tal percepção, pois, segundo o autor, o patrão sentia-se superior ao seu escravo, não somente em questões econômicas, como também em qualidades morais e intelectuais. Além disso, destaca a mitificação do movimento, a qual atribui aos grandes líderes das classes dominantes características como virtude, honra e bravura (LOPEZ, 2012).

No que se refere à participação do negro na Guerra dos Farrapos, Lopez identifica a necessidade militar da implantação de um contingente de escravos nas tropas revolucionárias. Com o desenrolar do conflito, essa era a força principal do exército farrapo:

Na fase final da rebelião, 1000 homens negros lutavam na cavalaria e infantaria, constituindo até 1/3 da força rebelde combatente. Para os farrapos a utilização dos negros era uma necessidade militar e as urgências da guerra acabaram sempre adiando a solução do dilema político imbricado na presença dos negros entre as forças farroupilhas (LOPEZ, 1992, p. 14).

Através da análise de fatores sociais e econômicos, Lopez percebe o negro inserido em uma estrutura escravocrata. Neste sentido, verifica que, ao mesmo tempo em que se fez necessária a participação do escravo negro para dar andamento ao conflito, este se tornou uma espécie de empecilho para as forças farrapas que o entendiam como um dilema de difícil solução, principalmente no que se refere à questão da libertação: “quando terminou a Guerra dos Farrapos, o artigo

IV do Tratado de Ponche Verde (28-2-1945) determinou a libertação dos escravos que tinham participado da luta” (LOPEZ, 2012, p. 14).

Apesar da questão da liberdade negra ter sido uma espécie de acordo entre os escravos e seus senhores, a mesma não se efetivou em sua totalidade. Luiz Roberto Lopez salienta que muitos charqueadores hesitaram quanto a que atitude tomar, uma vez que não era de sua vontade libertar os negros. Segundo o autor, realizado o Tratado de Ponche Verde, os negros foram incorporados aos exércitos imperiais:

Feita a paz, os escravos libertos ganharam permissão para incorporar o exército imperial, o que seria um meio de mantê-los sob controle. Quanto aos negros desmobilizados e não incorporados, acabaram mergulhando no anonimato das franjas da nossa sociedade provinciana. Os ideais libertários pelos quais tinham lutado, seriam reacendidos num futuro próximo, mas, tal como ocorrera em 1835, apenas iriam servir para atender aos interesses de uma elite branca (LOPEZ, 2012, p. 15).

Nota-se que, no decorrer do livro, o autor caracteriza o negro como um ser dominado, subjugado às vontades de uma elite. Neste sentido, percebe-se que Lopez enfatiza a questão da luta de classes. Através da percepção de contradições sociais, elenca elementos estabilizantes e perturbadores que fizeram parte do contexto do período. Tais elementos foram responsáveis por uma sequência de acontecimentos, que caracterizaram o período revolucionário farroupilha. É por meio de elementos socioeconômicos, enfim, que Lopez examina a participação do negro na “Revolução Farroupilha”.

O próximo autor analisado – Sandra Jatahy Pesavento – também aborda a participação do negro durante a “Revolução Farroupilha” através de uma abordagem da história marxista.

### **3.2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Sandra Jatahy Pesavento**

Sandra Jatahy Pesavento, natural de Porto Alegre. Foi graduada em História pela UFRGS em 1969, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora da UFRGS, ministrou cursos e conferências em

universidades de diversos países europeus, destacou-se como importante pesquisadora de história cultural e também da história do Rio Grande do Sul. Entre suas principais obras pode-se citar: História do Rio Grande do Sul (1982), A Revolução Federalista (1983), A Revolução Farroupilha (1985), A Revolução Farroupilha: história e interpretação (1985), A Burguesia Gaúcha (1988), Memória e Indústria Gaúcha (1987), O cotidiano da República (1990), Os pobres da cidade: vida e trabalho (1994), História e História Cultural (2003), entre outras.<sup>16</sup>

Importante pesquisadora da história do Rio Grande do Sul e da “Revolução Farroupilha”, Sandra Pesavento reproduz em seus escritos características da corrente historiográfica marxista. A autora analisa o período revolucionário farrapo através de aspectos socioeconômicos:

Dessa forma, a questão estrutural da subordinação da economia rio-grandense à economia agroexportadora central se explicava, na visão da camada dominante local, através da subordinação política do Rio Grande à Corte. É sintomático também que a conscientização local da situação opressiva se tenha dado precisamente no momento em que se anulavam as condições de barganha do Rio Grande do Sul com o centro, conjugando-se um revés econômico com uma derrota político-militar (PESAVENTO, 1985, p. 43).

Retratando um conflito baseado em interesses econômicos entre o Império do Brasil e a província sul-rio-grandense, Pesavento evidencia que esta foi uma das grandes causas para a eclosão do movimento. Para ela, houve uma rebelião de senhores de terra contra a dominação de uma oligarquia do centro do país (PESAVENTO, 1985). Neste sentido, a autora faz uso de uma das características centrais da corrente historiográfica marxista, a luta de classes. Tal característica, por sua vez, se dá através das contradições existentes na sociedade. A partir de uma análise dialética, onde, conforme Bourdieu e Martin (2012), os movimentos históricos são resultado das condições sociais e materiais, Sandra Pesavento aborda os interesses das classes dominantes. Neste sentido, verifica que a revolta se deu por uma sequência de causa e efeito:

---

<sup>16</sup> Fontes utilizadas como embasamento para o desenvolvimento da biografia: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; **Curriculum Vitae de Sandra Jatahy Pesavento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://lattes.ufrgs.br> – acesso em 13 de maio de 2015.

[...], a dominação do Centro sobre o Sul, manifesta durante a Revolução Farroupilha e que levou os rio-grandenses à revolta e à insurreição armada, é melhor compreendida se for analisada à luz dos interesses de ambas as partes envolvidas. De um lado aquele setor da classe dominante nacional que exercia o controle do poder político no país, exigindo submissão da periferia [...]. Do outro lado, a conscientização, embora parcial, dos setores mais representativos da economia de uma região periférica, que sofria a explosão do Centro e que visualizava seu problema através da dominação política (PESAVENTO, 1985, p. 54).

Utilizando elementos da corrente historiográfica marxista, Sandra Pesavento introduz o escravo negro no contexto revolucionário gaúcho através de uma perspectiva de subordinação. Destaca que primeiramente o negro foi utilizado como mão-de-obra nas charqueadas. A autora expõe que a classificação da sociedade se dá através de níveis sociais econômicos, onde o negro é considerado naturalmente inferior e o seu senhor naturalmente superior:

Nesta “alegre democracia”, a dominação do senhor sobre seu escravo ou peão se apresentava como sendo exercida em função de uma superioridade inata. Por ser “naturalmente superior”, o proprietário é “naturalmente senhor” e tratava seus subordinados com tolerância e bondade; [...]. Como se vê, dentro desta visão a igualdade como que flui de um princípio natural, atávico, constitucional. Não há conflitos, não há diferenças, e quem exerce a dominação o faz porque é, em tudo, natural e visceralmente superior (PESAVENTO, 1985, p. 25-26).

Neste sentido, percebe-se que Pesavento insere negro em uma estrutura econômica que, ao mesmo tempo em que o considera inferior perante o restante da sociedade, necessita de sua presença para que o sistema opere. Tal particularidade pode ser percebida no momento em que o movimento farrapo começa ganhar forma. Com isso, será indispensável à presença dos escravos negros:

Na sua experiência governamental, os farrapos tanto ratificaram o regime censitário do voto quanto legitimaram a escravidão. O fato de escravos terem sido alforriados no decorrer da revolução deve ser entendido não como uma tendência emancipacionista, mas em função das necessidades de guerra, que obrigava primeiro a dar a condição de homem livre ao escravo para depois armá-lo e torná-lo um combatente da causa rebelde (PESAVENTO, 1985, p. 63).

Sandra Pesavento retoma a visão de Luiz Roberto Lopez quanto à necessidade militar da incorporação de negros nas tropas farroupilhas. Além disso, aborda a libertação negra, onde tal atitude deve ser percebida não como um movimento emancipacionista ou liberal, e sim como uma questão de necessidade: “reconfirma-se, pois, o caráter acentuadamente elitista do movimento. Na sua

experiência governamental, os farrapos tanto ratificaram o regime censitário do voto quanto legitimaram a escravidão” (PESAVENTO, 1985, p. 63).

Percebe-se que a autora evidencia que o movimento farrapo despreendeu-se dos princípios de liberdade e igualdade. Por se tratar de um movimento centrado nos interesses de uma classe dominante, destaca o poder de domínio exercido por esta classe sobre os grupos considerados subalternos:

Em suma, no Rio Grande do Sul o movimento circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata. Estes eram os “cidadãos” que se autodenominavam “o povo do Rio Grande” e que arrastavam junto a si seus empregados e dependentes para lutarem num movimento em torno de causas alheias aos horizontes destas camadas dominadas (PESAVENTO, 1997, p. 28).

Dentro de uma concepção materialista histórica, Pesavento trata do papel do negro no contexto da “Revolução Farroupilha”. Sobre uma perspectiva de dominação, utiliza o sistema hierárquico do período para justificar a posição do escravo. Em seus textos percebe-se a ênfase dada aos interesses de uma elite que manipulava o restante de uma sociedade considerada “dominada”. A autora utiliza o conceito de “classe” para explicar o movimento revolucionário, aproximando-se de aspectos que caracterizam a história marxista.

O próximo autor aqui analisado – Mário José Maestri Filho – também produz em seus escritos características da corrente historiográfica marxista.

### **3.2.3 O negro na Revolução Farroupilha a partir de Mário José Maestri Filho**

Mário José Maestri Filho iniciou seus estudos na UFRGS e concluiu sua graduação em Ciências Históricas na *Université Catholique de Louvain* (UCL), na Bélgica, em 1977. Em 1980 concluiu seu mestrado em Ciências Históricas pela UCL e em 1980 tornou-se doutor em Ciências Históricas pela mesma universidade. Foi professor da UFRGS, da PUCRS e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Possui experiência na área de História do Brasil, atuando em temas como a história do Brasil, história do Rio Grande do Sul, história da

escravidão no Brasil e no Rio Grande do Sul e história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Entre suas principais obras pode-se citar: Quilombos e quilombolas em terras gaúchas (1979), 1910: a revolta dos marinheiros: uma saga negra (1982), Escravo Gaúcho: resistência e trabalho (1984), O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho (1984), O escravismo antigo (1985), A servidão negra (1988), Uma história do Brasil: império (2002), o negro e o gaúcho; estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil (2008), entre outras.<sup>17</sup>

Maestri apresenta características da corrente historiográfica marxista em seus textos. Pesquisador da história da escravidão no Brasil aborda a participação do escravo negro no período, dando ênfase às questões socioeconômicas:

[...] o ciclo da charqueada inaugura a definitiva estruturação do escravismo como modo social de produção dominante de uma ampla região de nossos territórios. As consequências e determinação que isso trará para a nossa história não foram, ainda, nem mesmo delineadas (MAESTRI, 1979, p. 40).

Verifica-se que Mário Maestri utiliza o início da produção nas charqueadas como marco para a estruturação do escravismo. Neste sentido, o autor caracteriza-o como um modo social de produção, ou seja, através de uma concepção materialista, estabelece que a organização econômica da sociedade se deu com a escravidão. Dentro dos moldes marxistas, considera que o modo de produção escravista era a estrutura central da sociedade naquele momento e, ligado a ele, está todo o processo de vida social, política e intelectual (BOURDÉ; MARTIN, 2012). Através disso:

Por mais de cem anos, a classe economicamente mais dinâmica viverá da exploração direta do trabalho escravo da exploração direta do trabalho escravo. Teremos então nossas senzalas, nossos feitores, o tronco. [...] O trabalho na charqueada era estafante. Produzindo, pressionado pelo fim do estio, para um mercado muitas vezes em expansão, com instalações relativamente caras, quanto mais trabalhasse o escravo, maior seria o lucro do seu senhor (MAESTRI, 1979, p. 41).

Percebe-se que o autor enfatiza a existência de classes sociais existentes no modelo escravista. Além disso, analisa a estrutura que se formou em decorrência da escravidão, repercutindo diretamente na vida social e econômica do período.

---

<sup>17</sup> Fonte: **Currículo Vitae de Mário José Maestri Filho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8823688982519285> - acesso em 13 de maio de 2015.

Através de uma análise materialista da história, Maestri se utiliza do marxismo para explicar que a organização social se dá através da luta de classes.

Mário Maestri analisa o negro nos limites do Rio Grande do Sul, diante disso, faz referência ao posicionamento da historiografia gaúcha:

O escravo africano inexistiu durante décadas para a historiografia gaúcha. Foi quase um consenso entre historiadores sulinos a pouca importância que teria tido o escravo na formação do Rio Grande. O Sul teria sido fundamentalmente produto do homem livre: o aventureiro vicentino, o colono açoriano, o castelhano transbandeado, o índio missioneiro. Os escravos foram poucos, domésticos; quase inexistentes. Na verdade, quando se falava neles era para ressaltar que aqui, se houve escravismo, ele foi paternal benigno (MAESTRI, 1979, p. 29).

Conforme os ditos do autor, nota-se que para a historiografia gaúcha, por muito tempo, a escravidão negra não existiu em território sulino. Com isso, Maestri (1979) trata do descaso perante a importância do escravo negro e contesta esta visão, uma vez que parte do pressuposto de que a saga do escravo no sul é a essência de nossa história. Outro fator de merecido destaque percebido em seus textos é a resistência que o autor atribui a alguns historiadores gaúchos em escrever uma história onde os grandes heróis da Província aparecessem como senhores de escravos, dependentes do trabalho servil (MAESTRI, 1979).

Com relação à participação do negro na “Revolução Farroupilha”, Mário Maestri não trata deste assunto em um contexto específico. Generaliza em seus textos a presença dos escravos negros no Rio Grande do Sul durante o século XIX. Aborda principalmente a utilização de sua mão-de-obra nas charqueadas – propriedade da elite gaúcha envolvida no movimento revolucionário –, caracterizando-a como fundamental para o desenvolvimento da economia:

Por mais de um século, a classe econômica relativamente mais dinâmica da Província, os charqueadores, vive da exploração direta do trabalho escravo. A partir da charqueada, por outro lado, constitui-se toda uma trama de interesses econômicos [...]. A produção escravista toma, então, um caráter extremamente importante nessas regiões. Apesar disso, nossa historiografia quase desconhece o escravismo sulino e não assinala sua importância na nossa formação histórica (MAESTRI, 1984, p. 76).

Como dito, o autor faz referência ao descaso da historiografia para com a importância do papel do negro no contexto. Por uma questão mitológica, onde o gaúcho é percebido como um herói e a ele não caberia o papel de escravocrata. Porém, Mário Maestri problematiza tal questão historiográfica, destacando que



encobrir esta parte da história do Rio Grande do Sul faz com que uma parte da história se perca:

Dilui-se a contradição fundamental que rege toda uma etapa de nossa história, e, assim, todo um rico passado de lutas sociais. Cria-se, então, lugar para o mito da “democracia gaúcha”, da luta libertária dos farrapos, do “gaúcho” como célula “mater” [sic] de nossa formação regional (MAESTRI, 1984, p. 76).

Apesar de não tratar especificamente da participação do negro na “Revolução Farroupilha”, Maestri aborda o assunto através de uma perspectiva mítica, ou seja, mostra que o conflito farrapo no que se refere à questão da libertação negra não passou de um mito.

Em seus escritos, Mário Maestri analisa principalmente a relação entre os escravos negros e os charqueadores, latifundiários e escravocratas. Percebe-se que o autor utiliza fontes variadas para contextualizar a escravidão no Rio Grande do Sul, incluindo em seus textos dados quantitativos. Além disso, problematiza a questão historiográfica sulina, levando em consideração a importância do negro para o desenvolvimento socioeconômico da Província.

Independentemente de não tratar com tanta especificidade o negro no movimento farrapo, Maestri dedica-se ao estudo da escravidão nos limites de Rio Grande do Sul. O autor propõe uma análise da presença negra desde os primórdios da história gaúcha. Verifica-se em sua escrita características da corrente historiográfica marxista, como as contradições sociais (quando se refere à luta de classes), as problematizações historiográficas e a abordagem socioeconômica.

### **3.3 Síntese do capítulo**

A história marxista, neste capítulo, foi caracterizada a partir de seis aspectos básicos: o enfoque socioeconômico, a análise dialética, a percepção das contradições sociais através da luta de classes, o uso de fontes variadas, a problematização dos temas e a objetividade da ciência histórica. A partir da análise dos historiadores Luiz Roberto Lopez, Sandra Jatahy Pesavento e Mário José Maestri Filho, foi abordado o papel do negro na “Revolução Farroupilha” através de

uma perspectiva historiográfica marxista, contudo, com algumas diferenças entre eles.

Luiz Roberto Lopez utiliza as contradições sociais para entender as causas do levante farrapo. Trata da participação do negro naquele contexto sob duas perspectivas: primeiramente, através da subordinação em que os negros estavam dispostos, inseridos em uma estrutura escravocrata. Em seguida, aborda a necessidade militar por parte da elite farrapa em incorporar escravos nas tropas rebeldes. Outra questão levantada pelo autor é a libertação dos negros no pós-revolução. Tal atitude não era aceita pela elite farrapa que buscava meios de manter o controle sobre os escravos. Em suma, Lopez traduz a participação negra através de uma perspectiva socioeconômica, utilizando conceitos marxistas para justificar o papel social que os negros ocupavam no período.

No que se refere à autora Sandra Jatahy Pesavento, percebe-se que a mesma retoma a visão de Lopez quanto à necessidade de incorporação de negros no exército farroupilha. Porém, Pesavento contesta a característica emancipacionista e liberal atribuída aos farrapos. Coloca isso como uma questão de necessidade, para um exército que se encontrava com poucos soldados. Aborda a característica elitista do movimento farroupilha, onde o conflito desenvolveu-se por uma busca de interesses de uma classe dominante.

Já Mário José Maestri Filho enfatiza a separação de classes existente no modelo escravista. Assim como Lopez e Pesavento, coloca o negro dentro de uma perspectiva de subordinação, como inferior ao restante da sociedade. Trata do descaso da historiografia gaúcha no que se refere à participação do negro na formação da sociedade gaúcha. Em seu texto, percebe-se a ausência de uma abordagem específica sobre negro na “Revolução Farroupilha”.

No próximo capítulo serão analisados os seguintes autores: Dante de Laytano, Margaret Marchiori Bakos e Tau Golin, os quais produziram em seus textos características da história cultural. Porém, anteriormente à análise de tais autores, serão abordadas algumas características desta corrente historiográfica.

## 4 TECENDO CONSIDERAÇÕES DO PAPEL DO NEGRO NA “REVOLUÇÃO FARROUPILHA” A PARTIR DA NOVA HISTÓRIA

Este capítulo abordará a participação do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de um enfoque cultural, cujas características o aproxima da chamada “nova história”. Assim como nos capítulos anteriores, foram selecionados três autores que possuem em seus textos aspectos desta corrente historiográfica, sendo eles: Dante de Laytano, Margaret Marchiori Bakos e Tau Golin. Em um primeiro momento, serão esclarecidos aspectos básicos da história cultural, após serão analisadas as interpretações que os referidos autores fazem sobre o tema.

### 4.1 Caracterização geral da Nova História

Conforme Peter Burke (2011), o termo “nova história” surge nos anos 1970 e 80, quando a reação contra o paradigma tradicional, iniciado pela Escola dos *Annales*, nos anos 1930, tornou-se mundial, envolvendo historiadores de vários países. Ainda em Burke (2011), percebe-se a importância da fundação da revista dos *Annales* por Lucien Febvre e Marc Bloc em 1929:

[...] Na verdade, seria difícil negar a importância do movimento para a renovação da história, liderado por esses homens. Todavia, eles não estavam sozinhos em sua revolta contra os rankeanos. Na Grã-Bretanha dos anos 30, Lewis Namier e R.H. Tawney rejeitaram ambos a narrativa dos acontecimentos para alguns tipos de história estrutural. Na Alemanha, por volta de 1900, Karl Lamprecht tornou-se impopular, expressando seu desafio ao paradigma tradicional (BURKE, 2011, p. 17).

Verifica-se que Burke (2011) identifica na Escola dos *Annales* e também em outros historiadores uma renovação historiográfica no início do século XX. Os *Annales* – ou então a “nova história” –, propuseram uma história total, partindo do pressuposto que tudo tem história e se interessando por toda a atividade humana.

Com o objetivo de estabelecer contrastes entre a história nova e a história tradicional, contra a qual os *Annales* se engajaram, Peter Burke (2011) elenca seis aspectos que definem a história nova ou cultural: a pluralidade histórica, a análise das estruturas, a “história vista de baixo”, o uso de fontes variadas, a problematização dos assuntos e a subjetividade da história.

Com relação ao primeiro aspecto – a pluralidade histórica –, percebe-se que a “nova história” está voltada para a análise de toda e qualquer atividade humana. Neste sentido, desvincula-se de uma abordagem única para a interpretação dos fatos históricos. Conforme Burke (2011) é uma “história total”, onde todas as expressões sociais fazem parte de uma construção cultural: “O relativismo cultural aqui implícito merece ser enfatizado. A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 2011, p.11).

Nota-se, através da citação acima, que a história é pensada além da política ou dos grandes acontecimentos nacionais. Neste contexto, a história é vista como um todo, a partir do relativismo cultural atribuído por Burke (2011), onde se elimina a distinção entre o que é central e o que é periférico para a história.

Paralelo a esta análise dos fatos históricos, tem-se o segundo aspecto que caracteriza a história nova ou cultural – a análise de estruturas –, onde os historiadores se desprendem de uma narrativa factual dos acontecimentos e passam a analisar as mudanças econômicas e sociais em longo prazo, ou, conforme Fernand Braudel a partir da “longa duração”<sup>18</sup>. Conforme Peter Burke (2011), para a

---

<sup>18</sup> Para Braudel, determinados temas podem ser estudados a partir de uma abordagem que leve em conta diferentes espaços temporais: a “curta duração” para uma história política (equivalente a uma década), a “média duração” para uma história econômica (correspondente a cinquenta anos) e a “longa duração” para uma história cultural (levando-se em conta pelo menos um espaço tempo de cem anos). O termo “longa duração”, então, refere-se a uma nova maneira de abordagem dos acontecimentos históricos. Através deste conceito, as mudanças sociais e culturais devem ser percebidas em longo prazo (BURKE, 2011).

“nova história” não é suficiente apenas narrar os acontecimentos, e sim compreender toda a estrutura que permeia a transformação histórica:

Em tudo isto, é a relação entre o historiador e os factos [sic] que se modificou radicalmente. Ao passo que a história dos acontecimentos se baseava no único, o que implicava *curto prazo e finalismo* (a história fazia-nos assistir à ascensão de grandes verdades filosóficas ou políticas, como a liberdade, a democracia, a razão, etc.), a história serial liga-se aos fenómenos [sic] repetitivos e decompõem a realidade em níveis diferentes. Por outras palavras: a) estuda as variações no longo prazo e já não está sujeita ao “avanço misterioso do acontecimento”; b) suspende toda a concepção global da história e, portanto *a priori* segundo o qual todos os elementos de uma sociedade têm uma evolução homogênea. A análise global virá em seguida, pela elaboração do “sistema dos sistemas”, depois de se terem estabelecido conjunturas diferenciais segundo os níveis de atividades [sic] considerados (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 142, grifo dos autores)

Com isso, percebe-se que a “nova história” está preocupada com uma análise mais ampla dos acontecimentos. Considerando todos os fatos para compreender a história. Conforme se verifica em Bourdê e Martin (2012), é necessário pensar a história dos acontecimentos a um longo prazo, afastando-se de uma concepção de evolução homogênea da sociedade.

O terceiro aspecto aqui analisado – a “história vista de baixo” –, parte do princípio de que todas as pessoas possuem história. Segundo Burke (2011), a “nova história” está voltada também para história das pessoas comuns, além das figuras ilustres que até então ocupavam posições centrais, enquanto que ao restante da humanidade cabia o papel periférico. Neste sentido:

[...]. No caminho percorrido pela história, vimos que ela nunca foi escrita sob a ótica dos escravos da Antiguidade ou dos servos medievais, mas somente sob a dos cidadãos livres da Grécia e Roma e dos senhores feudais sob a orientação da Igreja; finalmente, viu-se a história escrita sob a ótica da burguesia, e diferentes e múltiplos caminhos que nos mostram uma sociedade cada vez mais complexa e do qual possuímos cada vez mais documentação (BORGES, 1980, p. 42-43).

Conforme se percebe em Vavy Pacheco Borges (1980), a história escrita sob uma ótica diferenciada possibilitou a abertura de maiores interpretações para determinados fatos históricos e resultou no desenvolvimento de documentações. Além disso, ao utilizar uma “história vista de baixo”, a historiografia alcançou a opinião das pessoas comuns, possibilitando o estudo de novas abordagens históricas: “[...], vários novos historiadores estão preocupados com a “história vista de baixo”; em outras palavras, com opiniões das pessoas comuns e com sua

experiência da mudança social. A história da cultura popular tem recebido bastante atenção” (BURKE, 2011, p. 12-13).

O quarto aspecto destacado por Burke (2011) – o uso de fontes variadas –, propõe a utilização de fontes diversas para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo o autor, para reconstruir a “história vista de baixo”, é necessário se utilizar de fontes que suplementem os documentos oficiais. Neste sentido, parte-se do pressuposto que os mesmos não contemplam a história das pessoas comuns, e sim, uma história oficial:

Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte. De qualquer modo, se os historiadores estão mais preocupados que seus antecessores com uma maior variedade de atividades humanas, devem examinar uma variedade maior de evidências (BURKE, 2011, p. 13-14).

Assim como Burke (2011), Bourd  e Martin (2012) também analisam a importância da utiliza o de fontes diversas. Em seus textos, verifica-se que a nova história recicla as fontes históricas, consideradas acabadas ou esgotadas. Assim, possibilita a releitura de acontecimentos:

A realidade histórica   assim decomposta em subsistemas, entre os quais se pode estabelecer em seguida articula es. [...]. Toma-se deste modo consciência da “elasticidade extraordinária” das fontes históricas e da multiplicidade das mensagens que podem transmitir-nos (BOURD ; MARTIN, 2012, p. 142).

Nota-se em Bourd  e Martin (2012) que a utiliza o de fontes variadas viabiliza o estabelecimento de articula es. Assim, as fontes históricas oportunizam múltiplas interpreta es de determinado contexto:

Dotados de instrumentos metodológicos de qualidade desigual, os novos historiadores souberam fazer sofrer ao *stock* documental renovado de que dispunham múltiplos cortes, para satisfazerem os novos objetos [sic] da sua insaciável curiosidade (BOURD ; MARTIN, 2012, p. 146, grifo dos autores).

A problematiza o dos assuntos – quinto aspecto desta corrente historiográfica – está estritamente ligada   utiliza o de fontes diversas. Pois, ao extrair dos documentos os fatos históricos, o historiador os submete   interpreta o. Com isso, tem-se a problematiza o:

Como o físico ou o naturalista, o historiador deve proceder architectando [sic] hipóteses, que submete em seguida   verifica o e que rectifica [sic] conseqentemente. Porque não há fato histórico em si que bastaria extrair

dos documentos e ligar a outros factos [sic] para constituir uma série cronológica “natural”, mas há “inventado e fabricado, com o auxílio de hipóteses e de conjecturas [sic], por um trabalho delicado e apaixonante” [...]. É a *história-problema*, obra de um analista e já não de um narrador ou de um profeta (BOURDÉ; MARTIN, 2012, p. 137, grifo dos autores).

Conforme se percebe em BourdÉ e Martin (2012), a “nova história” não considera a representação de verdades, pelo contrário, elenca uma série de hipóteses e as submete à interpretação. A história-problema, caracterizada pelos autores é a atividade de extrair os fatos históricos, realizar as ligações necessárias e as submeter à análise, traçando assim uma série de verificações possíveis.

A subjetividade da história, destacada por Burke (2011) como o sexto aspecto, proporciona pensar o historiador não apenas como um narrador dos fatos, e sim, como um sujeito que se encontra inserido em um determinado contexto, caracterizado por manifestações culturais. Dessa forma, a “nova história” trabalha com um relativismo cultural que está presente em todas as ações humanas, inclusive na escrita da história. Neste sentido:

O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto aos seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que por uma tentativa (BURKE, 2011, p. 15).

Verifica-se em Burke (2011) que a escrita da história não é objetiva, e sim, subjetiva, pois, encontra-se situada em um contexto específico, sendo praticamente impossível não possuir características do ponto de vista particular do historiador. Dessa forma, a história não alcança a imparcialidade dos fatos.

Após análise dos aspectos básicos desta corrente historiográfica, verifica-se que a mesma caracteriza-se por uma pluralidade histórica, analisando as estruturas e proporcionando uma “história vista de baixo”. Além disso, é pontuada pela utilização de fontes variadas e pela problematização dos assuntos, resultando em uma história subjetiva. A partir dos esclarecimentos a respeito das características centrais da história nova ou cultural, tem-se a análise do papel do negro no período da “Revolução Farroupilha” com o exame de autores que se aproximam da “nova história”.

## 4.2 A “Revolução Farroupilha” a partir de autores que se aproximam da Nova História

A análise do papel do negro no período da “Revolução Farroupilha” através de um enfoque cultural foi realizada através do estudo de três autores: Dante de Laytano<sup>19</sup>, Margaret Marchiori Bakos<sup>20</sup> e Tau Golin<sup>21</sup>. Em seus textos é possível identificar características da nova história, bem como particularidades.

### 4.2.1 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Dante de Laytano

Dante de Laytano nasceu em Porto Alegre em 23 de março de 1908. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1930, sendo nomeado juiz distrital de Torres. Ocupou o cargo de promotor público em várias cidades do Rio Grande do Sul. Exerceu a função de consultor jurídico da Secretaria de Agricultura em Porto Alegre, foi diretor do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, professor de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador da História do Rio Grande de Sul, Dante de Laytano dedica-se à análise de três períodos da história regional: missões, farrapos e imigração. Suas principais obras são: História da República Rio-Grandense (1936), Notas de Linguagem Sul-Rio-Grandense, a Fala do Gaúcho (1937), Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História do Rio Grande do Sul (1979), Origem

---

<sup>19</sup> Foi analisada a obra: LAYTANO, Dante. **História da República Rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

<sup>20</sup> Foi analisada a obra: BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farroupilhas. In DACANAL, José Hildebrando. **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

<sup>21</sup> Foram analisadas as obras: GOLIN, Tau. **Bento Goncalves: o herói ladrão**. Santa Maria: LGR, 1983. GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.



da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul – século 18 e 19 (1983), Folclore do Rio Grande do Sul (1984), entre outras.<sup>22</sup>

Como visto, Dante de Laytano (1983) dedicou-se a pesquisar a história do Rio Grande do Sul, inclusive a “Revolução Farroupilha”. Em seus textos, verificam-se características da história nova, onde o autor produz uma análise cultural do contexto:

A Revolução Farroupilha não veio do isolamento do Rio Grande do Sul. Este isolamento manteve-se durante séculos sem afetar os vínculos da cultura luso-brasileira da qual fomos, o que nos dá o maior de todos os títulos, um defensor acérrimo. Que houvesse um ressentimento generalizado, admite-se. A Revolução Farrapa alimentou-se deste isolamento (LAYTANO, 1983, p. 41).

Nota-se que Laytano (1983) problematiza os eventos que antecederam a “Revolução Farroupilha”, atribuindo às causas do conflito não apenas o sentimento de isolamento ou o ideal separatista da Província. Com isso, o autor contesta a visão tradicional e destaca que o gaúcho, através de suas ações, responde justamente ao contrário de seus objetivos, pois, ao se fazer ouvir, exige direitos iguais de tratamento como brasileiro (LAYTANO, 1983). Além disso, o autor propõe uma nova interpretação do movimento separatista proposto pelos líderes revolucionários:

O separatismo foi um momento da Revolução ou, melhor, um condicionamento que se achou para galvanizar a opinião pública, orientá-la para uma doutrina que desse novos resultados até mesmo militares. O que pesou, na verdade, foi numa posição provisória, um afastamento temporário e uma República que se incorporaria ao Brasil num determinado instante, quando a idéia [sic] republicana dominasse a vida política do Brasil ou o Brasil fosse uma República como se queria (LAYTANO, 1983, p. 24).

Ao submeter às causas revolucionárias farrapas a uma interpretação diferenciada, Dante de Laytano (1983) propõe analisá-las dentro de um contexto específico. Fazendo uso de uma das características da história nova – a análise de estruturas –, o autor reproduz uma análise mais ampla dos acontecimentos. Além disso, percebe-se que o autor não aborda os fatos sob uma única perspectiva, pelo contrário, trabalha com a pluralidade histórica.

---

<sup>22</sup> Fonte utilizada para as informações da biografia: FLORES, Moacyr. **Historiografia de Dante de Laytano**. Academia Rio-Grandense de Letras, 2015. Disponível em: <http://www.arl.org.br/index.php/artigos/ensaios/18-historiografia-de-dante-de-laytano-moacyr-flores> - acesso em 14 de maio de 2015.

Com relação ao negro, Laytano (1983) o introduz dentro da vida econômica do estado. Primeiramente, faz referência ao escravo negro no trabalho braçal das grandes charqueadas, uma vez que, segundo o autor, o negro era um trabalhador barato e rendoso. Após incluir o negro no contexto econômico do estado, Dante de Laytano (1983) retoma as primeiras entradas de negros no Rio Grande do Sul:

Pela estrada de Laguna desceram as bandeiras paulistas. Os negros eram os guardas das tropas de gado, serviam de carregadores e de cozinheiros. Pela estrada que saía de Montevidéu, subiram com os exércitos espanhóis para fazerem a guerra do sul. Formava-se, assim, o primeiro contingente negro do Rio Grande e, em seguida, criava-se um segundo escalão (LAYTANO, 1983, p. 207).

Percebe-se que Laytano trata do negro desde a sua chegada ao Rio Grande de Sul. Utilizando-se de dados estatísticos, o autor salienta que, em 1835, um terço da população era de escravos negros. Nota-se na escrita do autor a utilização de fontes variadas – característica importante da história nova – para o desenvolvimento da pesquisa. Em um segundo momento, Dante de Laytano (1983) trata do papel do negro no contexto da “Revolução Farroupilha”. Neste sentido, estabelece algumas qualidades do homem africano, favoráveis à revolução:

O homem africano, com sua potencialidade muscular, resistia eficazmente aos combates, que se procediam de longas caminhadas por lugares nem sempre saudáveis e de privações alimentares, quando a própria vestimenta lhe faltasse para o abrigo do inverno (LAYTANO, 1983, p. 209).

Verifica-se através da citação acima que Laytano (1983) trata das qualidades guerreiras dos negros, principalmente no que se refere a questões físicas. Além disso, o autor atribui ao negro a característica de aliado, principalmente no que tange as questões militares. Com isso: “Os negros constituíram por todos os títulos, um elemento poderoso para a conquista dos ideais de 35” (LAYTANO, 1983, p. 210).

Analisando o negro como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da revolução, Laytano (1983) proporciona pensar a história sob uma nova perspectiva, reproduzindo uma “história vista de baixo”. O autor considera como fundamental para o movimento revolucionário uma parcela da população que era percebida como subordinada: “Foram eles elementos de colaboração, entraram com os primeiros insurretos, estiveram a par dos segredos e das senhas revolucionárias

e tomaram parte na primeira avalanche que se jogou contra o Império” (LAYTANO, 1983, p. 211).

Outro fator trabalhado pelo autor neste contexto é a questão do abolicionismo. Tal questão é abordada por Dante de Laytano (1983) como fundamental para o andamento da revolução, uma vez que simbolizava uma garantia aos negros:

Os republicanos davam aos negros escravos o próprio direito de cidadania, bastando que eles aderissem à causa e formassem fileiras nos seus exércitos. A facção contrária procurou atrair os escravos, oferecendo-lhes as mesmas regalias de libertação. Mas tinham chegado tarde, os republicanos, mais hábeis e mais sinceros, conquistaram os escravos para si desde os primeiros dias de 35. Quatro anos depois, em 1839, começava o Império a pôr em voga, também a libertação dos negros. [...]. Os farrapos tinham envolvido os escravos nas suas simpatias (LAYTANO, 1983, p. 213).

Nota-se que o autor atribui aos republicanos ideais de igualdade. Pois, trata da libertação negra como algo consumado.

Percebe-se que Laytano (1983) caracteriza o negro em primeiro momento como subordinado, no contexto econômico do Rio Grande do Sul. Porém, com o desenrolar da revolução, o mesmo torna-se um elemento indispensável. Pensando o negro sob duas perspectivas, o autor desenvolve uma análise de estruturas, ou seja, aborda a estrutura econômica, social e cultural que permeou essa transformação histórica. Além disso, Dante de Laytano (1983) reproduz em sua escrita uma “história vista de baixo” quando analisa e caracteriza a participação do escravo como essencial. Através de aspectos também valorizados pela nova história, portanto, o autor aborda o papel do negro no período revolucionário farrapo.

O próximo autor a ser analisado – Margaret Marchiori Bakos – também aborda o papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de aspectos da história nova.

#### **4.2.2 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Margaret Marchiori Bakos**

Margaret Marchiori Bakos possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1971), mestrado pela Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde pesquisou a abolição da escravatura e a história do Rio Grande do Sul (1982). Possui doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) (1986) e pós-doutorado pela *University College London* (1988/89). É professora aposentada de História do Brasil e História Antiga da UFRGS, foi professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS (1993-2013), é professora da Universidade Estadual de Londrina. Desenvolveu pesquisas sobre egiptologia/egiptomania. Dentre suas obras, pode-se citar: *Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul* (1990), *A escravidão colonial portuguesa na Índia e na América* (1993), *Marcas do Positivismo No Governo Municipal de Porto Alegre* (1998), *Um olhar sobre o antigo Egito no novo mundo: a biblioteca pública do Rio Grande do Sul, 1922* (2001), *Egiptomania no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul - Séculos XIX e XX* (2002), entre outras.<sup>23</sup>

Margaret M. Bakos (1997), pesquisadora da história do Rio Grande do Sul, possui em seus textos características peculiares da nova história. A autora desenvolve sua escrita através de aspectos culturais, analisando os fatos históricos dentro de uma perspectiva de longa duração:

No decorrer da história da humanidade, o homem escravizou seus semelhantes em muitos momentos e lugares diversos, justificando o fato com ideologias diferentes. Houve a escravidão na Grécia, em Roma e em outros grupos humanos na antiguidade [sic]; na África e na América na idade moderna e contemporânea. As condições de vida dos escravos mudam consoante as especificidades das diferentes conjunturas (BAKOS, 1997, p. 80).

Nota-se que Bakos (1993) aborda a escravidão negra como algo que acompanhou o desenvolvimento da sociedade, pois, esteve presente em diversos momentos que foram pontuados por ideologias distintas. Com isso, percebe-se que a autora desenvolve um dos aspectos da história nova – a análise de estruturas – quando analisa a estrutura econômica e social para compreender a transformação histórica. A utilização de fontes variadas também caracteriza a escrita de Margaret M. Bakos (1993), quando se refere ao comércio de escravos na Província:

Isto se percebe com facilidade pela leitura dos jornais do século passado, onde são muito frequentes os anúncios de negociações envolvendo escravos negros. Algumas vezes, os escravos eram vendidos juntamente

---

<sup>23</sup> Fonte: **Currículo Vitae de Margaret Marchiori Bakos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7246907329737558> - acesso em 14 de maio de 2015.

com as propriedades onde trabalhavam, principalmente se o imóvel em questão era uma charqueada (BAKOS, 1993, p. 82).

Percebe-se que Bakos (1993) introduz o negro no contexto de Rio Grande do Sul como uma mercadoria, principalmente para os grandes charqueadores. Além disso, faz referência ao grande contingente de escravos existentes na Província:

O significativo contingente de escravos negros existentes e seu grande valor como força de trabalho na produção regional sem dúvida aguçam a curiosidade sobre os aspectos da sua vida que poderiam ter-se alterado com o longo conflito cruento de 10 anos e com a possibilidade de receberem a alforria por participarem da luta armada (BAKOS, 1993, p. 83).

Através da citação acima, nota-se que, além de mercadoria, o escravo negro é analisado pela autora como importante mão-de-obra em atividades diversas, como nas charqueadas. Já no contexto da “Revolução Farroupilha”, o papel do negro é percebido de outra forma por Bakos (1993). Neste sentido, o escravo é utilizado como soldado nas campanhas militares:

Os farroupilhas, por sua parte, arregimentaram soldados através do alistamento e do recrutamento, recebendo instruções, de 1837, da Secretaria de Negócios de Guerra do Governo Republicano. O artigo 1º rezava que a seleção dos candidatos devia ser feita tendo por base sua boa conduta, robustez, patriotismo e adesão à causa republicana. Recrutavam ainda solteiros, entre 18 e 35 anos, brancos, pardos, índios e pretos libertos. Um indivíduo pode eximir-se de servir na campanha oferecendo um escravo negro, com carta de alforria, para lutar em seu lugar (BAKOS, 1993, p. 90).

O alistamento de soldados negros no exército farroupilha é uma das questões retomadas por Margaret M. Bakos (1993). Assim como Dante de Laytano (1983), a autora também insere o negro no contexto militar do período. Porém, Bakos (1993) faz algumas ressalvas em relação à questão dos escravos no exército farroupilha. Além de se tratar de um empecilho para as negociações de paz, a autora também faz referência aos problemas que os mesmos causaram com governo imperial:

A questão dos escravos no exército tornou-se também mais um grande problema entre os farroupilhas e o centro do país. A regência e o governo legalista denunciavam com frequência o roubo de escravos negros e seu engajamento no exército revolucionário em troca de promessas de libertação, ordenando a punição de todo o escravo que fosse preso entre os farroupilhas (BAKOS, 1993, p. 91).

Ao tratar do negro sob duas perspectivas distintas, a autora realiza uma problematização do assunto, onde leva em consideração para sua análise não apenas fatores positivos da participação negra na “Revolução Farroupilha”, como também fatores negativos.

A libertação dos escravos que se incorporavam ao exército é outro fator tratado por Bakos (1993), que resgata os ditos de Laytano (1983). Segundo a autora, a publicação de uma normativa oficial por parte do governo revolucionário demonstrava sua preocupação humanitária para com os escravos que fossem libertos. Porém, uma segunda análise é feita por Bakos (1993), quando examina outra determinação do governo republicano – decreto de dezesseis de maio de 1839 – que previa a recondução automática à escravidão, a todo o escravo que após liberto fosse “pego ao lado dos caramurus” (BAKOS, 1993, p. 92).

Neste sentido,

Percebe-se que há coerência entre as atitudes farroupilhas frente ao escravo negro-soldado e o contexto histórico. A dúvida persiste sobre o tratamento do escravo negro, sob governo republicano, quando em atividades não militares (BAKOS, 1993, p. 92).

Outra característica da escrita de Margaret M. Bakos (1993) é a utilização de fontes variadas para o desenvolvimento da análise do tratamento dado aos escravos quando em atividades não militares, no contexto do período revolucionário:

Uma das fontes que esclarecem a respeito é a imprensa farroupilha. Sabe-se que, no decorrer dos governos da república, os revolucionários conseguem fazer circular vários jornais. Ao longo da leitura destes periódicos vai se encontrando uma série de anúncios que revelam ser o escravo negro considerado como mercadoria sujeita a negociações de toda a ordem (BAKOS, 1993, p. 92-93).

Além do registro feito pela autora, com relação à utilização de fontes jornalísticas, a análise de outras fontes merece destaque em seu texto, onde é possível perceber a utilização do projeto da Constituição da República dos farroupilhas e os documentos referentes às discussões do Conselho de Estado (BAKOS, 1993).

Retomando a questão da liberdade negra, Bakos (1993) conclui sua análise destacando que isso se tratou de uma necessidade. Segundo a autora, os farroupilhas tinham que aumentar o contingente de homens defendendo a sua causa. Além disso, evidencia que ao longo dos dez anos de conflito a mentalidade escravista não sofreu alterações:

O grupo charqueador-escravista que constituiu maioria na liderança da revolução considera o escravo como “propriedade inalienável, podendo ser comprado, vendido e comprado”. Os farroupilhas não buscavam modificar a

ordem social imperante. Eles tinham interesse em manter as relações sociais nos contornos estabelecidos pela estratificação social escravocrata, pois, como proprietários de peões negros, podiam admitir a extinção no tráfico negreiro, porém não a abolição da escravidão (BAKOPS, 1993, p. 97).

Percebe-se que Margaret M. Bakos (1993) contesta a visão de Dante de Laytano (1983) quando trata da libertação negra. Segundo a autora, tal fato não foi consumado, uma vez que a mentalidade escravista da sociedade continuava a mesma.

A partir de Bakos (1993), verifica-se que o negro é introduzido no contexto farrapo como soldado, caracterizando-se como uma necessidade militar. Com isso, a autora desenvolve uma análise sobre a repercussão da utilização de escravos negros nas fileiras de combate. Em sua escrita, nota-se o espaço dado à questão da libertação negra. Através de aspectos centrais da nova história, Margaret M. Bakos desenvolve a interpretação dos fatos históricos a partir de uma “história vista de baixo”, utilizando-se de fontes variadas e realizando uma análise de estruturas, necessárias para compreender as transformações históricas. Outro fator presente em seu texto é a pluralidade histórica, onde a história é pensada como um todo.

A próxima análise basear-se-á no papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Tau Golin, o qual possui em seus textos aspectos centrais da nova história.

#### **4.2.3 O negro na “Revolução Farroupilha” a partir de Tau Golin**

Tau Golin é jornalista profissional do Ministério do Trabalho. É graduado em História pela UFRGS (1994), possui mestrado em História do Brasil pela PUCRS (1996) e doutorado em História pela PUCRS (2000). Atualmente é professor da Universidade de Passo Fundo (UPF). É pesquisador da história do Brasil, história ibero-americana e história regional, atuando em temas como tradicionalismo, gauchismo, Revolução Farroupilha, Guerra Guaranítica, regionalismo, entre outros. Entre suas obras, pode-se citar: Bento Gonçalves: o herói ladrão (1983), A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai

e a Argentina (2002), A Fronteira: Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na Bacia do Prata (2004), A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761) (2004), Identidades: Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo (2005), entre outros.<sup>24</sup>

O historiador Tau Golin (1983) desenvolve a história do Rio Grande do Sul a partir de aspectos centrais da história nova. A problematização dos assuntos é uma das características de sua escrita, principalmente quando se refere a eventos e personagens importantes do contexto da “Revolução Farroupilha”:

Bento Gonçalves da Silva é considerado o mais importante herói rio-grandense. Simboliza a essência virtual dos homens do Rio Grande do Sul. Sem mácula, nos aspectos moral e ético: um paladino da liberdade, no mundo político. Com sua áurea mitológica, ocupa milhares de páginas da historiografia. É a referência heróica [sic] da elite e do povo, fato que já nos aponta um farto campo contraditório para sua investigação (GOLIN, 1983, p. 11).

Através da citação acima se percebe que o autor trata do perfil “heroico” de um dos personagens centrais do contexto revolucionário farrapo. Golin (1983) desenvolve uma problematização acerca do assunto, uma vez que contesta tal consideração e considera que a mesma deve ser investigada. Outra característica de seu texto é o desenvolvimento de uma “história vista de baixo”, onde o autor analisa o contexto social do século XIX:

A situação do povo na Província de São Pedro, nas primeiras décadas do século XIX, não era diferente da do Uruguai [...]. Esse era o resultado do sistema de distribuição da terra, circunscrita quase totalmente entre os militares, funcionários da Coroa e grandes comerciantes. Os gaúchos, que bem antes da conquista do Rio Grande já viviam nessas terras, caçando o gado chimarrão e se arranchando nos rincões, foram excluídos da posse legal (GOLIN, 1983, p. 39).

Outra característica dos escritos de Tau Golin (1983) é a análise a partir da longa duração, ou seja, o autor delimita um maior espaço temporal para compreender o acontecimento. Tal fato pode ser verificado quando Golin (1983)

---

<sup>24</sup> Fonte utilizada para o desenvolvimento da biografia: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. **Autores da 13ª Jornada Nacional de Literatura**, disponível em: [http://www.upf.br/jornada/2009/index.php?option=com\\_content&view=article&id=177:luz-carlos-tau-golin&catid=9:autores&Itemid=32](http://www.upf.br/jornada/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=177:luz-carlos-tau-golin&catid=9:autores&Itemid=32) – acesso em 14 de maio de 2015.



trata da participação de Bento Gonçalves no conflito farroupilha, analisando-a a partir de documentações arquivadas na Biblioteca Nacional, o autor demonstra sua preocupação com a limitação dos documentos em relação a sua temporalidade:

Entretanto, reconhecemos que esses dois documentos são muito limitados e detêm-se apenas num espaço de tempo muito pequeno. Nossas limitações de escritor interiorano e sem recursos para aprofundar as pesquisas não permitiu que saíssemos atrás de inúmeras pistas (GOLIN, 1983, p. 35).

Além disso, o autor trata como fundamental a reconstrução da história do povo gaúcho, onde possam compreender-se através de uma perspectiva social e cultural a sua trajetória histórica: “Existe uma tarefa urgente: a de reconstituir a história, para que o povo possa enxergar-se corretamente na sua trajetória social, desde o passado, encaminhe as transformações futuras” (GOLIN, 1983, p. 48).

Com relação ao papel do negro na “Revolução Farroupilha”, o autor não se apropria do assunto detalhadamente. Trata do contexto social e cultural do período. Apesar de não abordar especificamente o assunto nas obras analisadas, Golin (1983) faz referência às ideias predominantes da elite gaúcha, que de forma direta interferiam na vida social e cultural. Ele trata do:

[...] conjunto de idéias [sic] acerca do mundo e da sociedade, que correspondem a interesses ou ideais de uma classe social num contexto social dado, que guia e justifica o comportamento dos homens de acordo com estes interesses, aspirações ou ideias (GOLIN, *apud* PESAVENTO, 1983, p. 12).

Dessa forma, para compreender o contexto que permeava a trajetória negra no período farrapo, Tau Golin (1983) utiliza a análise de estruturas, uma vez que, analisa a estrutura social e cultural que permeia a transformação histórica. No que tange à questão escrava, Golin (1983) desenvolve-a nos limites de Brasil e Rio Grande do Sul:

No Brasil, o negro era escravo e o gaúcho errante ou assalariado das estâncias. Era simplesmente intolerável, na época, que “escravos em libertos, gaúchos vagabundos, índios e famílias errantes” possuíssem terras e encaminhassem como cidadãos a sua dignidade (GOLIN, 1983, p. 27).

Através de uma “história vista de baixo” o autor analisa a posição dos grupos sociais. Além disso, proporciona pensar a história como um todo, onde todos os fatores – econômicos, sociais ou políticos – são fundamentais para a compreensão do contexto analisado.

Golin (1983) desenvolve em seus escritos aspectos centrais da nova história, principalmente no que se refere à questão cultural. Analisando a estrutura do período trabalhado, produz uma “história vista de baixo”, quando trata dos grupos que caracterizavam a sociedade, além disso, percebe a história a partir da longa duração. Nota-se que Tau Golin (1983) não trata especificamente do papel do negro na “Revolução Farroupilha”, porém analisa o contexto social, no qual os mesmos estão inseridos. A pluralidade histórica é outro fator que caracteriza a escrita do autor.

### **4.3 Síntese do capítulo**

Neste capítulo foram abordadas características da Nova História. Primeiramente esta corrente historiográfica foi caracterizada a partir de seis aspectos centrais: a pluralidade histórica, a análise de estruturas, o uso de fontes variadas, a “história vista de baixo”, a problematização dos assuntos e a subjetividade da história. Na sequência, desenvolveu-se uma análise do papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de autores embasados em aspectos historiográficos que os aproximam da história nova, sendo eles: Dante de Laytano, Margaret Marchiori Bakos e Tau Golin.

Para compreender o contexto histórico que permeou a “Revolução Farroupilha”, Dante de Laytano utiliza-se de uma das características da nova história, a análise de estruturas. Primeiramente o autor analisa as causas do conflito, destacando que as mesmas não se deram apenas pelo ideal separatista. Com relação ao negro, Laytano o introduz em um contexto econômico, como trabalho braçal. A entrada dos primeiros negros na Província do Rio Grande do Sul também é um assunto abordado pelo autor. No contexto revolucionário farrapo, Dante de Laytano, insere o negro enquanto soldado, e caracteriza-o através de sua resistência física, percebendo-o como fundamental para o desenvolvimento da revolução. A questão abolicionista também é um enfoque do autor, que a analisa como uma estratégia essencial para incorporação das forças negras nas fileiras de combate. Além disso, Laytano trata do assunto como algo consumado. Em suma, o

autor analisa o contexto através da pluralidade histórica, desenvolvendo a problematização dos assuntos, principalmente no que se refere às causas da revolução.

Assim como Dante de Laytano, Margaret Marchiori Bakos também faz uso da análise de estruturas para trabalhar o contexto, principalmente a questão escravista. Em seus textos verifica-se que a autora reproduz uma “história vista de baixo”, caracterizando a participação dos negros, como classe subordinada. Retomando Laytano, Bakos também introduz o escravo negro no contexto dentro de uma perspectiva militar. Por sua vez, a autora problematiza a questão, destacando aspectos positivos e negativos da participação negra no exército farrapo. Através do uso de fontes variadas, Bakos aborda o tratamento dado aos escravos pelos seus senhores, onde os mesmos eram considerados mercadorias. Em sua escrita, percebe-se o grande espaço dado a liberdade negra. Diferentemente de Laytano, Bakos considera o tema como algo que não se efetivou, uma vez que destaca a mentalidade escravista do período e considera a questão apenas como essencial para o desenvolvimento da revolução.

Tau Golin por sua vez inicia sua abordagem problematizando a visão heroica atribuída aos líderes revolucionários. Diferentemente dos autores abordados anteriormente, o autor não concede um espaço específico para a análise do papel do negro no contexto. Apesar disso, a questão social é abordada com grande ênfase. Em sua escrita, percebe-se a utilização de aspectos centrais da nova história, como a problematização dos assuntos, a pluralidade histórica, a “história vista de baixo” e a análise a partir da longa duração.

## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa apresentou como objetivo a análise dos diferentes enfoques da historiografia sobre escravidão no período da “Revolução Farroupilha” a partir de autores que possuíam em seus textos aspectos centrais das três correntes historiográficas analisadas. A problematização da pesquisa centrou-se na forma pela qual a escravidão negra foi abordada pelas principais tendências da historiografia, sendo elas, metódica, marxista e *Annales*. As três hipóteses levantadas basearam-se nas visões atribuídas ao negro por estas perspectivas historiográficas, onde a história metódica ou tradicional apresentou o negro dentro de aspectos político-militares, o marxismo analisou-o através de fatores socioeconômicos e a história nova ou cultural desenvolveu seu papel por meio de uma perspectiva cultural.

O primeiro capítulo apresentou o papel do negro na “Revolução Farroupilha” a partir de aspectos da história tradicional, sendo eles: a narrativa factual, a abordagem de assuntos essencialmente políticos, a “história vista de cima”, o uso de fontes exclusivamente escritas, a pouca problematização dos assuntos e a objetividade da história. Neste capítulo observou-se que os autores inseriram o escravo dentro de um contexto político. Porém, a introdução do negro em sua escrita deu-se principalmente como soldado, necessário para o desenvolvimento do conflito. Através disso, compreendeu-se a metodologia da história tradicional e a hipótese elencada foi afirmada.

O segundo capítulo analisou o escravo negro no período através de uma abordagem marxista. Neste sentido, foi possível caracterizar esta corrente historiográfica a partir de seus aspectos centrais, como o enfoque socioeconômico, a

análise dialética, a percepção das contradições sociais, o uso de fontes variadas, a problematização dos assuntos e o caráter objetivo da história. Através disso foi possível perceber que os autores embasados na corrente historiográfica marxista analisaram o negro dentro de uma perspectiva socioeconômica. Em suas abordagens, percebeu-se o escravo como um sujeito inserido em um sistema de classes sociais, onde o mesmo ocupava o papel de subordinado. Verificou-se, com isso, que a corrente historiográfica baseada no materialismo histórico confirmou a hipótese desta pesquisa.

O último capítulo desenvolveu o papel do escravo negro no período da “Revolução Farroupilha” através de uma perspectiva cultural. Com isso foi possível caracterizar a história nova como uma história voltada para a pluralidade histórica, análise de estruturas, “história vista de baixo”, uso de fontes variadas, problematização dos assuntos e pela subjetividade da história. A partir destes aspectos percebeu-se que os autores que se aproximam da nova história analisaram o negro dentro de perspectivas distintas, como econômicas, sociais e culturais, atendendo a hipótese traçada e ampliando-a, pois, além das questões culturais, outras também são analisadas.

No desenvolvimento dos três capítulos a caracterização geral das correntes historiográficas analisadas possibilitou a compreensão mais aprofundada das mesmas. Além disso, foi indispensável na seleção dos autores utilizados e na construção do objetivo traçado. A utilização de três opções de autores oportunizou a ampliação do conteúdo, onde se permitiu trabalhar com múltiplas abordagens e estabelecer comparações entre as mesmas.

Os três capítulos afirmaram as hipóteses levantadas, onde cada corrente historiográfica serviu de base para análise do negro na “Revolução Farroupilha” e responderam ao questionamento central da pesquisa. Perceberam-se os diferentes enfoques que caracterizam cada uma delas e que também são utilizados como embasamento para o desenvolvimento da escrita dos autores selecionados. Através de cada uma destas correntes tornou-se possível conceber as diferentes visões historiográficas atribuídas ao negro.

A participação escrava no período revolucionário farrapo pôde ser caracterizada como um assunto de relevante importância para a história do Rio Grande do Sul. Devido a isso, tornou-se possível entender o negro não apenas como soldado ou como um empecilho para as negociações de paz. Sua participação na história sulina efetivou-se em diversos sentidos, principalmente no que se refere às questões culturais.

Ao trabalhar com abordagens diferenciadas, alcançou-se diversos momentos do conflito onde houve participação negra, até então desconhecidos. Eventos centrais, onde a participação negra é destacada, como a Batalha de Porongos e a Paz de Ponche Verde, também foram analisados e os autores atribuíram a eles diferentes interpretações.

Devido a esses diversos fatores a pesquisa tornou-se um desafio, considerando que a Guerra dos Farrapos é percebida pelos gaúchos como parte de sua identidade, principalmente no que se refere à formação da tradição de um povo guerreiro que proclama a liberdade e a igualdade. Apesar disso, percebeu-se que muitos historiadores gaúchos questionam este ideário de igualdade. Atribuem ao movimento farrapo à questão do elitismo. Onde se caracterizou não por um ideal de liberdade e igualdade e sim se baseou em interesses de uma elite que se sentia desfavorecida quanto ao restante do Brasil.

Apesar de não ter sido este o enfoque da pesquisa, foi possível atingir essa compreensão e também perceber o negro como fundamental para a construção da história rio-grandense.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Revolução Farroupilha: História & Historiografia**. Rio Grande: EVANGRAF, 1994.

BAKOS, Margaret M. **Currículo Vitae de Margaret Marchiori Bakos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. 2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7246907329737558>>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. A escravidão negra e os farroupilhas. *In*: DACANAL, José Hildebrando. **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BERTUSSI, Lisana. **Um diálogo sobre o sentido do Movimento Regionalista Gauchesco**: Barbosa Lessa, Tau Golin e Ruben Oliven. Antares: Letras e Humanidades | vol.5 | n°10 | jul-dez 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/1886/1501>> - acesso em 28 de maio de 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília (DF): UNB, 2007.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Apartado: Europa-América, 1983.

\_\_\_\_\_. **As escolas históricas:** da Idade Média aos nossos dias. Lousã: Europa-América, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha.** Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FLORES, Moacyr. **“O maior acontecimento da história do Brasil é a Revolução Farroupilha”.** Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/12/moacyr-flores-o-maior-acontecimento-da-historia-do-brasil-e-a-revolucao-farroupilha-3982621.html>> - acesso em 06 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Historiografia de Dante de Laytano.** Academia Rio-Grandense de Letras, 2015. Disponível em: <<http://www.arl.org.br/index.php/artigos/ensaios/18-historiografia-de-dante-de-laytano-moacyr-flores>> - acesso em 14 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

\_\_\_\_\_. **Historiografia estudos.** Rio Grande do Sul: Nova Dimensão 1989.

\_\_\_\_\_. **Modelo político dos Farrapos.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. **Negros na Revolução Farroupilha:** traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2004.

\_\_\_\_\_. **Revolução Farroupilha.** Porto Alegre: Martins Fontes, 1985.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **Autores da 13ª Jornada Nacional de Literatura.** UPF, 2009. disponível em: <[http://www.upf.br/jornada/2009/index.php?option=com\\_content&view=article&id=177:luiz-carlos-tau-golin&catid=9:autores&Itemid=32](http://www.upf.br/jornada/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=177:luiz-carlos-tau-golin&catid=9:autores&Itemid=32)> – acesso em 14 de maio de 2015.



\_\_\_\_\_. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983b.

\_\_\_\_\_. **Bento Goncalves: o herói ladrão**. Santa Maria: LGR, 1983a.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C. Introduction aux études Historiques. Paris: Hachette, 1898. *In*: BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias**. Lousã: Europa-América, 2012.

LAYTANO, Dante. **História da República Rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

LEITMAN, Spencer L. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. *In*: DACANAL, José Hildebrando. **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Spencer Leitman: “A escravidão amarrou os farrapos ao Rio e ao Brasil”**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2012/12/spencer-leitman-a-escravidao-amarrou-os-farrapos-ao-rio-e-ao-brasil-3982700.html>> - acesso em 06 de maio de 2015.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1992.

MAESTRI FILHO, Mário J. **Currículo Vitae de Mário José Maestri Filho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. 2015. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8823688982519285>>. Acesso em 13 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Luiz Roberto Lopez: uma presença insubstituível**. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=605](http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=605)> – acesso em 13 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. O escravo africano no Rio Grande do Sul. *In* DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

\_\_\_\_\_. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Edipro, 1998.

PESAVENTO, Sandra J. **Curriculum Vitae de Sandra Jatahy Pesavento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2015. Disponível em: <http://lattes.ufrgs.br> – acesso em 13 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. Farrapos, liberalismo e ideologia. *In* DACANAL, José Hildebrando **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.